



**EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025**

Torna-se público que o(a) Município de Bonfinópolis de Minas - MG, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.125.138/0001-82, com sede administrativa na Avenida Argemiro Barbosa da Silva, nº 870, Bonfinópolis de Minas-MG, CEP 38.650-000, através de pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade pregão, na forma eletrônico, com critério de julgamento menor preço por item, nos termos da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, lei complementar nº 123/06 e alterações e as condições e exigências estabelecidas neste edital.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominada Pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica www.bnc.org.br. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsável pela equipe de elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

ÓRGÃO INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DATA E HORA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS: 07h do dia 04/02/2025

DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO: 23:59 do dia 14/02/2024

DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS: Às 23:59 do dia 18/02/2024

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: Início às 08:30 do dia 19/02/2024

LOCAL: “www.bnc.org.br” Acesso Identificado”. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

MODO DE DISPUTA: ABERTO.

Tipo de Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE.

Orçamento Sigiloso: NÃO.

EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

EXCLUSIVA REGIONALIZADO: NÃO

1. DO OBJETO:

1.1. Contratação de empresa especializada para licenciamento de software de Gestão da Saúde pública, na Média e Alta Complexidade, integrando com a Atenção Básica em Saúde – APS de modo que o prontuário dos atendimentos do E-SUS PEC seja compartilhado com os outros pontos da Atenção em Saúde. Serviço de suporte/treinamento no Sistema Prontuário Eletrônico do Cidadão – E-SUS PEC do Ministério da Saúde e seus aplicativos e-SUS-AB-Território, E-SUS-AC Atividade Coletiva, Gestão e-SUS APS em toda a rede de Atenção Primária à Saúde, pelas diversas categoria de profissionais que compõem a APS e com o registro e o envio adequado das informações para o Ministério da Saúde. Estas ferramentas (sistemas) deverão estar integradas afim de gerar Prontuário Único do cidadão



no município, e que contemple a implantação, treinamento e suporte técnico especializado, bem como o fornecimento de hospedagem em Servidor Cloud.

2. DA LEGISLAÇÃO:

2.1. Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 – Lei Geral de Licitações e Contratos;

2.2. Lei nº 8.078, de 11.09.90 - Código de Defesa do Consumidor;

2.3. Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações posteriores, que institui o Estatuto Da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, regulamentada em Bonfinópolis de Minas através da Lei Complementar Municipal nº 6, de 13 de dezembro de 2010;

2.4. Decreto Municipal 1.255, de 2023, que regulamenta, no âmbito da Administração Pública do Município de Bonfinópolis de Minas, os procedimentos licitatórios a que se refere a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que “Estabelece normas gerais de licitação contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

2.5. Demais exigências deste Edital e seus Anexos;

2.6. Para efeito deste Edital devem ser consideradas algumas definições importantes, tais quais:

- a)** Pregão - modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;
- b)** Bens e Serviços Comuns - aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações praticadas no mercado;
- c)** Órgão Licitante – Município de Bonfinópolis de Minas;
- d)** Licitante - Pessoa física ou jurídica, que participa ou manifesta a intenção de participar do processo licitatório, sendo-lhe equiparável, o fornecedor ou o prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta;
- e)** Licitante Vencedora - Pessoa física ou jurídica, habilitada neste procedimento licitatório e detentora da proposta mais vantajosa;
- f)** Contratada - a vencedora da licitação que assinou o contrato referente ao objeto deste certame licitatório;
- g)** Contratante - Município de Bonfinópolis de Minas.

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:

3.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

3.2. A impugnação deverá ser enviada por meio eletrônico, em campo próprio da Plataforma Bolsa Nacional de Compras, no endereço eletrônico <https://bnc.org.br/>.

3.3. Caberá ao Agente de Contratação, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre



a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação de propostas.

3.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Agente de Contratação, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, em campo próprio da Bolsa Nacional de Compras, no endereço eletrônico <https://bnc.org.br/>.

3.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.7. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implica na aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

3.8. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio <https://bnc.org.br/>, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento, bem como disponibilizado no portal da transparência pública municipal.

3.9. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam inscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente ou ainda encaminhada por meio diverso ao determinado neste edital.

3.10. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO:

4.1. Poderão participar da licitação as empresas interessadas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, atendam aos requisitos de classificação das propostas exigidos neste Edital, comprovem possuir os documentos de habilitação requeridos neste edital e que estiverem previamente credenciadas perante o sistema eletrônico provido pelo Portal Bolsa Nacional de Compras, por meio do sítio <https://bnc.org.br/>.

4.1.1. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

4.2. Não poderão participar desta licitação, direta ou indiretamente, ou participar do contrato dela decorrente, sob pena de recebimento das sanções previstas neste Edital:



- a) Pessoas físicas não empresárias;
- b) Servidor ou dirigente do(a) órgão gerenciador ou de órgãos participantes do certame.
- c) O autor do Termo de Referência, Anexo I deste edital, pessoa física ou jurídica.
- d) As sociedades empresárias: que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
- e) que se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- f) que integrem o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (Portal Transparência);
- g) que estejam incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e no âmbito deste município;
- h) integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- i) que, isoladamente ou em consórcio, tenham sido responsáveis pela elaboração do termo de referência, ou da qual o autor do termo de referência seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- j) cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar de agente público, preste serviços ou desenvolva projeto no órgão ou entidade da administração pública do órgão licitante em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança por meio de contrato de serviço terceirizado ou contratos pertinentes a obras, serviços e à aquisição de bens, ou ainda de convênios e os instrumentos equivalentes;
- h) estrangeiras que não funcionem no país;
- i) reunidas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição;

4.3. O descumprimento de qualquer condição de participação será motivo para a inabilitação do licitante.

4.4. As pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão participar do certame para o(s) mesmo(s) item(s).

4.5. Será realizada pesquisa junto ao CEIS (CGU), junto ao CNJ (condenações cíveis por atos de improbidade administrativa) e no Portal Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/cnep), para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pela Plataforma Bolsa Nacional de Compras, por meio do sítio <https://bnc.org.br/>.

5.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico, onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções



detalhadas para sua correta utilização.

a) Os interessados em se credenciar no Portal Bolsa Nacional de Compras poderão obter maiores informações na página <https://bnc.org.br/>, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal ou pelo e-mail contato@bnc.org.br.

5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

a) O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à(o) órgão licitante responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4. O credenciamento junto ao Portal Bolsa Nacional de Compras implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5.6. O Pregão será conduzido pela Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas com apoio técnico e operacional do Portal Bolsa Nacional de Compras, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente o envio da proposta.

6.2. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, após solicitação do agente de contratação no sistema eletrônico, no prazo de duas horas, prorrogável uma única vez por igual período de ofício ou por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação.

6.3. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

6.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta;



6.7. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7. DO ENVIO DA PROPOSTA

7.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico <https://bnc.org.br/> até a data e hora marcadas para abertura da sessão, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço acima, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

a) A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação.

7.2. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

7.3. O licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a)** Valor unitário e total para cada lote de itens em moeda corrente nacional;
- b)** Descrição detalhada do objeto conforme edital, indicando ainda, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, quando for o caso;
- c)** Qualquer descrição que venha a identificar a proponente antes do fim da fase de lances ensejará na desclassificação imediata da proposta de preços, vez que ocorrerá, mesmo que involuntariamente, a quebra de sigilo da proposta.

7.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.

7.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.7. O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes Declarações on-line, fornecidas pelo Sistema de Pregão Eletrônico:

a) Declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, quando for o caso;

I. A indicação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

b) Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas



são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

c) Declaração de atendimento as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

d) Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. As declarações exigidas neste edital deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente com os documentos de habilitação.

a) Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas neste edital e na Lei nº 14.133, de 2021.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da sessão pública dar-se-á mediante comando do Agente de Contratação, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3. O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

a) A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

b) Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

c) A não desclassificação da proposta não implica em sua aceitação definitiva, que deverá ser levada a efeito após o seu julgamento definitivo conforme definido neste edital.

8.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

a) Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo Agente de Contratação, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas).

b) Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

8.6. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.7. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.14. O intervalo mínimo de lances será de R\$ 50,00 (cinquenta reais), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.17. Se o(a) Agente de Contratação entender que o lance ofertado é absolutamente inexequível ou verificar que houve erro de digitação, deverá excluí-lo do sistema, a fim de não prejudicar a competitividade.

a) Considera-se absolutamente inexequível a proposta que reduzir o valor do último lance ofertado em mais de 85%.

8.18. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.19. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Agente de Contratação aos participantes do certame publicada no Portal Bolsa Nacional de Compras, <https://bnc.org.br/>,



quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura.

8.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

9. DO EMPATE

9.1. Consideram-se empate ficto as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte forem iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, situação em que, como critério de desempate, será assegurado o direito de preferência de que trata os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, mediante a adoção dos seguintes procedimentos:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, cuja proposta estiver no intervalo estabelecido no item **9.1**, será convocada para, querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

b) Apresentada proposta nas condições acima referidas, esta será considerada como a licitante detentora do lance mais vantajoso, dando prosseguimento ao certame na forma do **item 10** e seguintes;

c) Não apresentada proposta na condição cima referida, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte, no intervalo estabelecido acima, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs / EPPs que se encontrem em situação de empate, será efetuado sorteio aleatório entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

e) A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

f) Na hipótese de não declaração de licitante vencedora, enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, será dado prosseguimento ao certame na forma do item **10** e seguintes da licitante que originalmente apresentou a menor proposta ou lance.

g) O disposto nas alíneas de **a)** a **f)**, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

h) A desistência em apresentar lance implicará na manutenção do último preço ofertado pela licitante, para efeito de classificação de aceitabilidade da proposta.

9.2. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, cuja as ofertantes não possuam margem de preferência, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3. Aplica-se o disposto neste item às situações em que as ofertas apresentadas pelas Microempreendedor Individual, Micro Empresa e Pequena Empresa porte locais sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço válido;

9.4. Caso não exista Microempreendedor Individual, Micro Empresa e Pequena Empresa, local que se enquadre na margem de preferência, será verificada a existência de empresas

regionais que se enquadrem na situação descrita no caput para que seja considerada vencedora do certame;

9.5. A verificação da possibilidade de aplicação da preferência de contratação será realizada após a verificação do empate ficto discriminado no item 9.1 deste edital, caso após a realização do desempate se verifique a existência Micro e/ou Pequenas Empresas locais ou regionais que se enquadrem nos termos do item 9.3 deste edital, estas terão o benefício da preferência de contratação, podendo estas, cobrir o último preço ofertado.

9.6. No caso de não haver disputa de lances entre MEs / EPPs, ou mesmo não haver nenhuma MEs / EPPs no certame, será julgado o item exclusivo como fracassado e republicado o edital, se assim o órgão solicitante do processo fizer novo pedido de licitação.

9.7. Quando não houver disputa de lances entre licitantes devidamente credenciadas e enquadradas na condição de MEs / EPPs, porém a provável única participante ofereça desconto satisfatório na fase de negociação, ou ainda no caso dos itens com cotas, não haja grande diferença de preço entre o valor de cota reservada e a cota principal em razão da falta de competitividade entre empresas de pequeno porte, o item será adjudicado a favor da MEs / EPPs, sem prejuízo a escolha da oferta mais vantajosa a administração.

9.8. A proposta declarada vencedora será inserida, na fase de Aceitação, no campo "Valor Negociado", com a devida justificativa.

10. DA NEGOCIAÇÃO DIRETA

10.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Agente de Contratação encaminhará contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, para que seja obtida melhor proposta.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.3. Será aplicado 15 (quinze) minutos para negociação, bem como a manifestação das licitantes sobre o cancelamento de qualquer lance que tenha sido dado de forma errônea durante a fase de lances.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço e a sua exequibilidade.

11.2. Serão desclassificadas as propostas que contenham preços excessivos, assim entendidos quando apresentarem valores globais ou unitários acima do valor definido para o respectivo objeto no Termo de Referência.

a) A desclassificação por valor excessivo ocorrerá quando o Agente de Contratação, após a

negociação direta, não obtiver oferta inferior ao preço máximo fixado, ou;

b) Quando solicitado a correção da proposta final e a licitante não realizar no prazo definido pelo Agente de Contratação.

11.3. A fase de lances do certame ocorrerá por desconto em relação a cada item que compõe o lote, assim, não terá a necessidade de envio da proposta final readequada, vez que o próprio sistema irá gerar a proposta final da vencedora, todavia, caso o vencedor apresente desconto superior a 50% do estimado, o agente de contratação convocará o licitante para apresentar a proposta final no prazo de 02 (duas) horas, devendo apresentar a proposta composta dos seguintes documentos:

11.3.1. Para fins de celeridade e obediência ao prazo estabelecido no item 10.2, a licitante deverá deixar a proposta final previamente elaborada, aplicando após a fase de lances os descontos dados para fechamento do valor final e assim encaminhar via sistema quando solicitado.

11.4. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, serão realizadas diligências, no prazo de duas horas, para comprovação da exequibilidade.

11.5. É indício de inexecuibilidade da proposta valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor total orçado pela Administração para o serviço ou para o lote de serviço arrematado.

11.5.1. Na hipótese de existirem propostas com indícios de inexecuibilidade, consoante com o disposto nos incisos III dos arts. 11 e 59 da Lei nº 14.133/21, sendo que para os itens de maior peso deverá ser comprovado o valor de compra, através de orçamento ou nota fiscal de entrada do produto.

11.5.2. Não serão aceitos orçamentos que não contenham assinatura e número de CNPJ da emitente, o orçamento ou nota fiscal deverá ser emitido por distribuidor, atacadista ou fabricante.

11.5.3. Outrossim, o agente de contratação, em caso de dúvidas, poderá solicitar comprovantes das informações prestadas na proposta de preços apresentada, especialmente quanto aos percentuais ou custos informados, impostos, taxas, frete e demais despesas apresentadas nas composições de custos.

11.6. O não envio da proposta ou o descumprimento das diligências determinadas pelo Agente de Contratação acarretará a desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório contra o licitante.

11.7. Os prazos de envio de diligências e da proposta final poderão ser prorrogados uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada do licitante e aceita pelo agente de contratação; ou, de ofício, a critério do agente de contratação.

11.8. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do produto ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a



sanar evidentes erros formais ou quando a alteração representar condições iguais ou superiores às originalmente propostas.

11.9. O Agente de Contratação poderá realizar quaisquer diligências necessárias para averiguar a conformidade da proposta com as especificações mínimas previstas no Termo de Referência, Anexo I ao Edital, salvo a juntada de documentos, para atender à exigência deste edital.

11.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

a) Nas hipóteses em que o Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, serão observados os procedimentos previstos nos **itens 09 e 10**.

11.11. Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade.

11.12. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Contratação passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina estabelecida no **item 09** deste edital, se for o caso.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos de habilitação são os necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. Os documentos deverão ser apresentados em formato digital, de preferência em arquivo único e na ordem definida nesse edital.

12.3. Serão exigidas, para fins de habilitação, as seguintes declarações:

a) Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são

verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

b) Declaração de atendimento as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

c) Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

12.4. Ainda, serão exigidos, para fins de habilitação, os documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à regularidade fiscal, social e trabalhista e à qualificação econômico-financeira, conforme a seguir delineados.



12.5. Relativos à Habilitação Jurídica: A documentação jurídica a ser apresentada por cada licitante limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada, devendo a existência da pessoa jurídica ser comprovada através de um dos documentos a seguir, conforme o tipo societário, devidamente acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva:

- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

12.6. Relativa à Qualificação Técnica:

12.6.1. Para fins de comprovação da **capacidade técnica** a licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica emitida por pessoa jurídica pública ou privada constando que prestou ou presta serviços implantação, licenciamento e suporte técnico de sistema de Gestão de Saúde, bem como informar que o sistema possuía integração entre os prontuários proativamente com o e-SUS PEC do Governo Federal;

12.6.2. Apresentar em conjunto, comprovação que a proponente prestou serviços de implantação da plataforma e-SUS PEC do Ministério da Saúde do Governo Federal, bem como realizou treinamento e suporte técnico para médicos, enfermeiros, auxiliares, recepcionistas e outros profissionais da atenção primária para o uso do sistema na sua versão completa.

12.7. Relativos à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- b1) Quando o objeto da licitação se tratar de Serviços deverá ser apresentado a Certidão ISS junto ao município; Quando tratar-se de Fornecimento de materiais deverá ser apresentada a Certidão ICMS junto ao Estado.
- b2) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- f) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de



Serviço (FGTS);

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

12.8. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais. Serão aceitos, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a1) Empresas optantes pelos sistemas tradicionais de escrituração, incluindo Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e assemelhados, deverão apresentar original ou fotocópia do documento de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis;

a2) Empresas optantes pelo Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), incluindo Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e assemelhados, deverão apresentar original ou fotocópia do documento de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis; juntamente com o comprovante de recibo de entrega de escrituração Contábil Digital;

a3) Sociedade constituída no exercício em curso: original ou fotocópia do Balanço de Abertura;

a4) Sociedade constituída a menos de dois anos: original ou fotocópia do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício.

b) O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser maiores ou igual a 1,0 (um) resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG (Liquidez Geral)} &= \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL Em LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL Em LONGO PRAZO}} \\ \text{SG (Solvência Geral)} &= \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL Em LONGO PRAZO}} \end{aligned}$$

b1) As fórmulas acima deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.

b2) caso o memorial não seja apresentado, a Comissão de Licitação reserva-se o direito de efetuar os cálculos;

c) Certidão Negativa de Falência ou Concordata (ou Recuperação Judicial), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

12.9. Orientações gerais sobre a habilitação:

a) Somente haverá a necessidade de apresentação dos documentos originais, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas ou por servidor/funcionário desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

b) Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a



apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133/21, art. 64):

b1) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b2) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

b3) Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, via diligência, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de duas horas sob pena de inabilitação.

c) Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da licitante, se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

d) As certidões ou documentos que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo órgão expedidor, deverão ter sido expedidas até 90 (noventa) dias antes da data da sessão pública deste Pregão. Não se enquadram no prazo os documentos cuja validade é indeterminada, como é o caso dos atestados de capacidade/responsabilidade técnica.

e) As declarações exigidas neste edital deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente com a proposta de preços e/ou com os documentos de habilitação.

f) Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

f1) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas serão reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

f2) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

f3) Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

g) Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos enviados, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

h) Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital ou deixar de enviar a documentação de habilitação por meio de campo próprio do Sistema quando solicitado pelo Agente de Contratação, ficando sujeito às penalidades previstas neste Edital.

i) No julgamento da habilitação e das propostas, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a



todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

j) No caso de inabilitação, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

k) Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Agente de Contratação, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

l) Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

m) Fica entendido que os documentos e informações apresentados no curso do certame são complementares entre si, de tal forma que qualquer omissão em determinado documento possa ser suprido com informação constante em outro, ainda, qualquer documento ou informação apresentado na em qualquer fase do certame servirá para complementar fase posterior, caso necessite.

n) A Microempresa (ME) ou a Empresa de Pequeno Porte (EPP), deverá apresentar todas as certidões previstas neste edital, ainda que com restrições, na forma do art. 43 da LC n. 123/06 alterada pela LC n. 147/14. A sua contratação será condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

o) O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

p) O benefício de que trata o item 9 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

q) A não regularização da documentação, no prazo fixado na alínea n), implicará na inabilitação do licitante, sem prejuízo das penalidades previstas no item 23 e seus subitens, deste Edital.

13. DA APRESENTAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DE TODAS AS FUNCIONALIDADES DO SISTEMA (AMOSTRAS)

13.1. A empresa licitante do certame classificada em primeiro lugar deverá apresentar o sistema completo conforme descrito no Termo de Referência (**ANEXO I**). Integrado e voltado para a Saúde Pública, contemplando Integração com a Atenção Básica (UBS's), bem como Atendimento na Média, Alta Complexidade e Especialidades, que compõem toda a solução, demonstrar todo o fluxo de ações, procedimentos, operações e funções de acordo com o **OBJETO e FUNCIONALIDADES DO SISTEMA**, descritas como necessárias neste Termo de Referência.

13.1.1. Para tal será indicado pelo(a) Gestor(a) da Secretária Municipal de Saúde até **03 (três) responsáveis** para verificação e testes de todo o fluxo específica em conformidade com o **OBJETO** da licitação. Esta verificação poderá ser efetuada logo após a fase de lances, ou a critério do **Pregoeiro**, em comum acordo com a **Secretária Municipal de Saúde**, que poderá ocorrer no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, a contar da data da solicitação, através de convocação por e-mail e/ou telefonema ao licitante e/ou por indicação na Plataforma Eletrônica de Licitação. Devendo ocorrer antes da assinatura do Contrato de



Prestação de Serviços, para atestado final de conformidade com as Especificações dos Sistemas. Devendo ser apresentado em equipamento próprio da licitante, com informações suficientes na base de dados dos sistemas para a realização da apresentação técnica, não sendo permitido a apresentação em forma de simulação e/ou slides, ou que não seja utilizando o software ofertado.

13.1.2. A referida apresentação será obrigatória e será apresentada para os responsáveis indicados pela Secretaria Municipal de Saúde do Município em lugar indicado por ela.

13.1.3. Após esta avaliação, os responsáveis indicados pelo(a) Gestor(a) da Secretaria Municipal de Saúde emitirão laudo técnico da avaliação. Sendo positiva a avaliação e estando de acordo, segue o processo para assinatura do Contrato.

13.1.4. Se a DEMONSTRAÇÃO apresentada pelo primeiro classificado não for aceitável, a Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Saúde, convocará para apresentação o segundo classificado, e seguir-se-á com a verificação, assim, sucessivamente, até a verificação de licitante que atenda às especificações do Termo de Referência com referência ao Objeto e critérios de avaliação positiva.

13.2. Os licitantes proponentes deverão colocar à disposição da Administração Municipal todas as condições indispensáveis à realização da apresentação, como computadores, aparelho de projeção e conectividade, e outros.

13.3. A apresentação (Demonstração) dos Sistemas e/ou módulos do software correlatos a que se refere os incisos anteriores não será sigilosa, contudo, deverá ser procedida e conduzida apenas pelos indicados para avaliação (comissão nomeada), não cabendo qualquer interferência de outros licitantes e/ou observadores durante toda a apresentação, podendo tão somente ocorrer qualquer tipo de manifesto e/ou contestação da referida apresentação através de pedido de impugnação do ato através de justificativa embasadas nas definições deste Termo de Referência, em momento posterior.

13.4. A licitante deverá apresentar todos os fluxos de ações, procedimentos, operações e funções de acordo com o **OBJETO e FUNCIONALIDADES DO SISTEMA**, descritas como necessárias no Termo de Referência - (**ANEXO I**)

14. DOS RECURSOS

14.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso no prazo de 20 (vinte) minutos.

a) A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência desse direito, ficando o Agente de Contratação autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

b) Diante da manifestação da intenção de recurso o Agente de Contratação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

c) Os interessados que porventura queiram ter vistas do processo licitatório poderão comparecer à sede da Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas, situada à Avenida



Argemiro Barbosa da Silva, 870, Bairro Jardim Cinelândia, dentro do horário de atendimento ao público para obtenção da vista processual.

14.2. Recebida a intenção de interpor recurso pelo Agente de Contratação, a licitante deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.

a) As razões e contrarrazões serão recebidas exclusivamente por meio de campo próprio no Sistema. Não serão recebidas ou conhecidas razões de recurso e contrarrazões entregues diretamente ao Agente de Contratação ou enviadas por quaisquer outros meios (E-mail, fax, correspondência, etc).

14.3. Caberá ao Agente de Contratação receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões no prazo de 3 (três) dias úteis após o recebimento das razões e contrarrazões ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informando a autoridade superior para a decisão final no prazo de 10 (dez) dias úteis.

14.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

14.6. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pelo licitante.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

b) Quando houver erro na aceitação do preço ou dos documentos de habilitação do vencedor ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

c) Na hipótese de a sessão ser suspensa de ofício, mediante decisão judicial ou acautelatória;

d) No caso de desconexão por longo período;

e) Em prol da consecução do melhor preço ou maior desconto, conforme no caso de atendimento do inciso V do art. 20 do Decreto Municipal nº. 1.255, de 6 de março de 2023.

15.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.3 O reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

15.4 Não se aplica o prazo disposto na cláusula anterior se no ato de suspensão for definido data e horário para retorno da sessão.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1. Após a homologação da licitação e durante o seu período de vigência da proposta, a vencedora será convocada para assinar o termo de contrato, conforme conveniência da administração.

17.2. O contrato a ser assinado estabelecerá as cláusulas, critérios e condições definidas no art. 92 da Lei nº 14.133/2021 e observará os termos contidos na minuta Anexo VIII deste Edital ou as disposições constantes de instrumento equivalente.

17.3. O prazo máximo para assinatura e entrega do termo de contrato é de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

a) O prazo para assinatura do termo de contrato acima estabelecido poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

b) A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, importará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades estabelecidas neste edital e em Lei.

17.4. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

17.5. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

17.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos da cláusula anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.



17.7. O presente Edital fará parte integrante do contrato, bem como seus anexos e a proposta apresentada pela licitante vencedora.

17.8. Será designado um Fiscal para o contrato, que desempenhará as atribuições previstas na legislação aplicável ao caso.

17.9. O objeto da licitação deverá ser entregue, nos prazos, local e condições previstas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital e observará as regras para recebimento definidas no Contrato ou instrumento equivalente.

18. REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA: (FACULTATIVA E NÃO OBRIGATÓRIA)

18.1. Os interessados deverão procurar a Secretaria Municipal de Saúde do Município, por intermédio da **equipe técnica**, situado no endereço: **Manoel Luiz Brandão, nº 300, Centro**, neste Município, em dia de expediente, no horário compreendido entre das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, exceto feriados, para agendamento da visita técnica, podendo também fazer o referido agendamento através do e-mail: secsaudebfs@yahoo.com.br, a fim de constatar as condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto licitado, sobretudo, das dificuldades de ordem técnica à sua execução, a fim de avaliar a situação legal e tecnológica atual, das localidades, quantidades e Infraestrutura das Unidades de Saúde Municipal onde estará sendo implantado o referido sistema.

18.2. O agendamento da visita técnica deverá ser realizado previamente, com no mínimo 48h (quarenta e oito) horas de antecedência, à data designada para o certame licitatório.

18.3. Para cumprimento da visita técnica, o representante da empresa interessada, preferencialmente, por intermédio de integrante do seu quadro de Responsáveis Técnicos, deverá apresentar-se munido de documento oficial de identificação pessoal, assim como, declaração e/ou equivalente, indicando-o ou autorizando-o a representá-la perante a visita.

18.4. A empresa interessada tem o direito à visita técnica de forma prévia, de caráter facultativo e não-obrigatório, porém, deverá decidir se arcará com o ônus de tal operação, ou, assumirá o risco de uma avaliação menos acurada para elaboração de sua proposta, ficando entendido, que correrão por sua conta e risco quaisquer despesas necessárias à realização da presente visita.

18.5. A empresa interessada que optar pela não-realização da visita técnica, casual de sua participação na presente licitação, deverá apresentar, **declaração expressa da abstenção de realizá-la**, firmando completa aceitação do objeto licitado, na conformidade do Edital e seus anexos.

18.6. A empresa interessada que decidir pela não-realização da visita técnica, e, eventualmente subestimar sua proposta, estará incorrendo em risco típico do seu negócio, não podendo futuramente opô-lo contra a Administração, para eximir-se de qualquer obrigação assumida, caso venha a ser vencedora no presente certame, ou mesmo, para qualquer pretensão em rever os termos do instrumento contratual que advir, ressalvados

aqueles de direito, na forma da Lei.

18.6.1. a não-realização da visita técnica, acarretará tácita aceitação de todas as condições e adversidades que possam existir para o cumprimento do objeto licitado, sem qualquer ônus adicional à Administração;

18.6.2. o não-comparecimento para a realização da referida visita técnica, indicará, que a interessada tem total conhecimento de todas as condições necessárias para o fiel cumprimento das obrigações a serem assumidas, caso venha a ser vencedora;

18.7. A mera realização da visita técnica, não se consubstancia em condição única e suficiente para a participação na licitação, ficando as interessadas cientes desde já que, deverão cumprir integralmente todas as exigências editalícias e, após apresentação de propostas, não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com suas obrigações, face ao desconhecimento do objeto licitado e de dificuldades técnicas não previstas anteriormente, caso venha a ser vencedora.

18.8. Após a efetivação da visita, será fornecido o **“Atestado de visita técnica”**, emitido sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio da **equipe técnica**, declarando que a interessada tomou conhecimento de todas as informações necessárias e que tem pleno conhecimento das condições, para o cumprimento das obrigações ao objeto da presente licitação.

18.9. Quaisquer dúvidas de ordem técnica, assim como, aquelas que surgirem no decorrer da visita técnica, e que, não puderem ser prontamente sanadas ou esclarecidas, deverão ser solicitadas por escrito à Secretaria Municipal de Saúde.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1. A contratada deverá atender integralmente o objeto do contrato, conforme as especificações contidas no termo de referência.

19.2. Manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na lei de licitações.

19.3. É de responsabilidade da contratada todas as despesas com salários e encargos sociais da sua equipe técnica.

19.4. É de responsabilidade da contratada todas as despesas com deslocamentos, passagens, diárias, transportes, estadias, alimentação e as que se fizerem necessárias para a boa execução dos serviços.

19.5. É de responsabilidade da contratada todo o procedimento de implantação, migração e treinamento dos usuários do sistema.

19.6. A contratada deverá manter sigilo de todas as informações a que tiver acesso, sendo vedada o fornecimento de qualquer informação a órgão público ou privado sem a autorização

prévia da contratante.

19.7. É de responsabilidade da contratada oferecer todo o suporte técnico necessário para atendimento do objeto deste termo de referência.

19.8. É de responsabilidade da contratada prestar os serviços de manutenção corretiva na ocorrência de falhas, panes e quaisquer outros defeitos dos sistemas objetos deste termo de referência.

19.9. A contratada deverá atualizar todos os sistemas sempre que necessário, em consonância com as alterações na legislação.

19.10. A contratada deverá cumprir todos os prazos previstos neste termo de referência, não podendo alegar desconhecimento, sob pena de sofrer as sanções previstas em lei.

19.11. A contratada deverá demonstrar os sistemas sempre que solicitado pela contratante para novos servidores que vierem a fazer parte do quadro da contratante.

19.12. Todas as informações inseridas nos sistemas deverão ser armazenadas em computadores-servidores parametrizado, sob responsabilidade da contratada, sendo que a contratada será responsável em entregar e instalar todos os softwares, dispositivos, *plugins* e *etc*, sempre que necessário, para o perfeito funcionamento do sistema e serviços.

19.13. Caso de perda de dados a contratada se responsabiliza em fornecer os laudos ora emitidos que se encontram arquivados em seus sistemas de gestão, fornecendo backups, lembrando que os backups das imagens ficam armazenados nos equipamentos da contratante.

19.14. A contratada deverá entregar após encerramento do contrato o backup contendo todas as informações armazenadas nos sistemas para a contratante em arquivo eletrônico usual de mercado a época da entrega.

19.15. A contratante (Município) se responsabiliza em montar a infraestrutura do local de prestação dos serviços, devendo adequar os espaços destinados à prestação dos serviços incluindo o fornecimento de todo o material e equipamento necessário à perfeita execução do serviço de responsabilidade da contratada.

19.16. A Contratante responsabiliza a Contratada exclusiva e integralmente pelo pessoal utilizado na execução dos serviços incluindo os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Contratante, utilizando profissionais em número suficiente para execução ininterrupta dos serviços contratados.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

20.1. Oferecer a contratada todas as informações necessárias para a instalação, implantação e funcionamento dos sistemas e serviços.



20.2. Proporcionar a contratada todas as condições necessárias para instalação, implementação da contratada, funcionamento regular do sistema, bem como toda a infraestrutura de informática, internet (conectividade) adequadas as necessidades do sistema e serviços, para o perfeito funcionamento regular nas diversas unidades de atendimentos da Secretaria Municipal de Saúde.

20.3. Efetuar os pagamentos à contratada mediante apresentação de nota fiscal atestada e documentação de habilitação válida, no **prazo de até 15 dias (quinze) dias** corridos do mês posterior, a contar da data do atesto da Nota Fiscal protocolada.

20.4. Notificar por escrito sempre que necessário a contratada para que tome as providencias necessárias para o bom atendimento do objeto deste termo de referência.
Designar fiscal para acompanhar a execução do objeto deste termo de referência;

21. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

21.1. Deverá oferecer segurança à informação, necessária para aplicações de sua natureza, de modo a garantir os princípios básicos de confidencialidade, integridade e disponibilidade, utilizando-se para tanto dos recursos mais modernos de tecnologia.

21.2. O acesso de usuários deverá ser controlado pela informação de *login* e senha, associado a um “**cadastro único**”, fazendo-se a restrição de operações para segurança, com base em perfis de acesso distintos para diferentes usuários, possibilitando que, para um mesmo usuário, possa ser associado vários perfis de acesso, com efeito cumulativo de autorizações, possibilitando este ter acesso a um ou mais sistemas.

21.3. Deverá ser possível o controle de acesso, através de perfis ou individual, com senhas criptografadas e não-visíveis aos administradores. No cadastro do usuário deverá ser obrigatório o uso de CPF, por meio do qual, não deve ser permitida a duplicidade de registros.

21.4. Deverá ser possível determinar as permissões de usuários através de telas do próprio sistema, para usuários com privilégios de administradores (corporativos), possibilitando copiar os privilégios de acesso de um usuário para outro, ou ainda, equiparação de tipos de perfis, caso necessário.

21.5. De forma parametrizável, deverá possuir regras de composição e de tamanho mínimo de senhas (conceito de senha forte), como também, possuir funcionalidades de expiração de senha, bloqueio de acesso por número limite de tentativas de acesso.

21.6. Deverá possibilitar a restrição de recursos operacionais a usuários, conforme seus perfis. O Perfil definirá quais informações o usuário poderá ter acesso e que tipo de transação poderá executar (inclusão, edição, exclusão, leitura, impressão, etc.).

21.7. Deverá permitir a inativação e reativação de usuários, de modo imediato, via interface do sistema, mediante parametrização de dias sem utilização e/ou durante afastamentos indicados.



21.8. Deverá permitir acesso ilimitado de usuários simultâneos, em qualquer tela do sistema, sem necessidade de aquisição de novas licenças, de qualquer um dos sistemas e/ou módulos utilizados pela solução proposta.

21.9. Deverá permitir o resguardo do histórico de transações para registro de auditoria (log), contemplando o armazenamento de identificação do usuário, momento (data, hora, minuto), operação executada (inclusão, alteração, exclusão) e o conteúdo dos dados. Deverá ser possível consultar ou emitir relatório destes registros. Os recursos e informações de registros de auditoria (log) da solução ofertada, deverão estar protegidos contra falsificação e acesso não-autorizado, devendo apresentar tela própria (nativa do Sistema) para consulta das operações auditadas, sendo totalmente proibido qualquer tipo de acesso para demonstração se log's e outras visões direto no banco de dados do Sistema.

21.10. Deverá possuir controle de contingência com medidas alternativas, em caso de falhas e/ou problemas técnicos – qualquer que sejam os serviços afetados, de modo que ao retorno do pleno funcionamento do sistema, não haja perda de dados, nem prejuízos aos procedimentos.

21.11. Os acessos remotos em computadores-desktop, Servidores Web com armazenamento de Dados, deverão sempre ter o conhecimento e anuência da Contratada, devendo gerar registros de auditoria (log).

21.12. A Contratada deverá apresentar a Contratante Plano de Segurança e Gestão de Dados de acordo com a **LGPD**, no que tange seus Sistemas e Aplicativos. Devendo estar em sintonia com as políticas de Segurança de dados da Prefeitura Municipal e/ou Secretarias Municipais envolvidas.

22. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

22.1. Em atendimento ao Art. nº 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 fica indicado para exercer a função de Fiscal do Contrato, a senhora **NILVÉSIA APARECIDA LUIZ BRANDÃO** (Secretária Municipal de saúde), CPF nº 054.918.986-60 RG nº MG-11966637 SSP/MG, nas prerrogativas estabelecidas nos § 1º, 2º, 3º do Artigo e referida Lei Federal.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Os licitantes estarão sujeitos às sanções administrativas previstas na Lei nº14.133, de 2021, e às demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa.

23.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



- e)** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h)** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i)** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k)** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l)** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

23.3. A Administração poderá aplicar sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e, ainda, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, conforme previsto no art. 153 da Lei nº 14.133/21.

1.4. Na aplicação das sanções serão considerados, a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provierem para a Administração Pública.

23.5. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

23.6. A sanção de multa não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/21.

23.7. A sanção prevista de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 Lei nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

23.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

23.9. As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.

23.10. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de



reparação integral do dano causado à Administração Pública.

23.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21.

23.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. A Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

a) A anulação do pregão induz à do contrato.

b) A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

24.2. É facultado à autoridade superior ou o agente de contratação, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

24.3. Os benefícios dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não se aplicam a itens ou lotes, cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme determina o art. 4º, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.133/21.

24.4. Os benefícios dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ficam limitados às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

24.5. O desatendimento às exigências formais, não essenciais, não importará na inabilitação da licitante e/ou desclassificação de sua proposta, desde que seja possível a aferição de sua habilitação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.

24.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

24.7. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas.



24.8. Os horários estabelecidos neste edital de licitação, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

24.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.10. A autoridade competente poderá, em qualquer fase do processo licitatório, desclassificar a proposta da licitante que for declarada inidônea, assegurada a ampla defesa.

24.11. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

a) A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas neste edital.

24.12. Constituem-se direitos e prerrogativas da CONTRATANTE, além daqueles previstos em outros ajustes legais, em particular, aqueles previstos nas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, que a CONTRATADA, aceita de inteiro teor e a eles se submete.

24.13. A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das disposições ajustadas ou em exercer prerrogativa delas decorrente, não constituirá novação ou renúncia, nem lhes afetará o direito de, a qualquer tempo, exigirem o fiel cumprimento do avençado.

24.14. O ajuste da presente contratação poderá ser denunciado após decorridos 30 (trinta) dias de sua vigência e, em consequência dos fatos contrários à lei ou à ordem pública, suscetível de punição, encerrado unilateralmente pela CONTRATANTE, garantido o contraditório e a ampla defesa, na forma da Lei.

24.15. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE e, regular-se-ão pelos preceitos de Direito Público, aplicando-lhes supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de Direito Privado, na forma Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, assim como, a legislação subsidiariamente aplicada, no que couber, das disposições da Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor (CDC).

24.16. O foro da cidade de Bonfinópolis de Minas, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será o designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes da presente licitação e da aplicação do presente Edital.

24.17. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bnc.org.br e também no portal da transparência pública municipal no link <https://www.bonfinopolis.mg.gov.br/editais2024/>, inserindo os termos de busca.

24.18. O inteiro teor do processo está disponível para vista aos interessados, no sede da Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas, situada na Avenida Argemiro Barbosa da Silva, nº 870, dentro do horário de atendimento ao público para obtenção da vista processual.

25. ANEXOS

25.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a)** ANEXO I - Termo de Referência;
- b)** ANEXO II – Modelo de Declaração de que não Emprega Menor;
- c)** ANEXO III – Modelo de Declaração de Enquadramento como ME/EPP;
- d)** ANEXO IV – Modelo de Declaração de conhecimento;
- e)** ANEXO V – Modelo de Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação e Veracidade;
- f)** ANEXO VI – Modelo de Declaração que Cumpre as Exigências de Reserva de Cargos;
- g)** ANEXO VII – Modelo de Declaração que a proposta compreende a integralidade dos custos;
- h)** ANEXO VIII - Modelo de Proposta de Preços;
- i)** ANEXO IX – Minuta de Contrato.

Bonfinópolis de Minas, 03 de fevereiro de 2025.

NILVÉSIA APARECIDA LUIZ BRANDÃO
Secretária Municipal de Saúde



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para licenciamento de software de Gestão da Saúde pública, na Média e Alta Complexidade, integrando com a Atenção Básica em Saúde – APS de modo que o prontuário dos atendimentos do E-SUS PEC seja compartilhado com os outros pontos da Atenção em Saúde. Serviço de suporte/treinamento no Sistema Prontuário Eletrônico do Cidadão – E-SUS PEC do Ministério da Saúde e seus aplicativos e-SUS-AB-Território, E-SUS-AC Atividade Coletiva, Gestão e-SUS APS em toda a rede de Atenção Primária à Saúde, pelas diversas categoria de profissionais que compõem a APS e com o registro e o envio adequado das informações para o Ministério da Saúde. Estas ferramentas (sistemas) deverão estar integradas a fim de gerar Prontuário Único do cidadão no município, e que contemple a implantação, treinamento e suporte técnico especializado, bem como o fornecimento de hospedagem em Servidor Cloud.

a) Este Termo de Referência, está de acordo com a Lei de licitações e contratos nº 14.133/2021, Art. 18º Item II, e nas demais normas legais e regulamentares atinentes à matéria.

b) Licença de direito de uso de software, sem limite de usuários e/ou acessos (unlimited users or access), com atualizações periódicas que garantam as alterações legais, corretivas, evolutivas e/ou adaptativas

c) Ramo de Atividade predominante da contratação: 62.02-3.00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e **62.09-1-00** - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação.

d) Serviços de implantação, compreendido por: instalação, conversão e migração de dados (sistemas legados ou em uso), parametrização e/ou customização, para atendimento a processos de negócio e legítima integração da solução ofertada.

e) Serviços de manutenção, de modo a garantir as atualizações e alterações misteres, relativas às exigências legais e/ou normativas de gestão pública, corretivas, evolutivas e/ou adaptativas, ou mesmo, sob demanda específica, caso necessário. Exemplo: Normas Municipais, Estaduais, Federais, Tribunal de Contas, demais integrações em geral, etc.

f) Serviços de suporte técnico e garantia, durante a vigência do contrato, compreendido por: consultoria técnica, central de ajuda (*help desk*), central de atendimento telefônico, atendimento remoto ou *on-site* (imediato ou programado), assim como, visitas “*in loco*”, etc.

g) Serviços de treinamento, para usuários dos sistemas em geral.

1.1 Enquadramento da Contratação:

A contratação fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021 e nas demais normas legais e regulamentares atinentes à matéria.

2. JUSTIFICATIVA

A Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas – MG visa suprir a necessidade de promover uma melhor qualidade dos serviços de atendimento para Rede de Atenção Primária, Média e Alta Complexidade em suas Unidades de Saúde, resolve e institui a obrigatoriedade dos recursos tecnológicos mínimos e indispensáveis - propedêuticos e/ou terapêuticos para o atendimento especializado das urgências/emergências de que a Unidade deve dispor, nas 24 horas, com a disponibilidade de Sistema tecnológico moderno e completo para atender os



serviços de saúde, sendo essencial e imprescindível para o fechamento de diagnóstico de pacientes nos atendimentos de urgências/emergências. Através do sistema gerencial integrado, obtém-se a possibilidades de tratamento e assistência mais ágil e resolutiva, democratizando o acesso a saúde e descentralizando a complexidade médica. Permite que o conteúdo médico de especialistas chegue a todos os usuários, além de promover a sustentabilidade do sistema de saúde.

Ressaltamos que visando resolver o serviço é imprescindível a aquisição de licença de uso de software de Gestão Integrada de Saúde Pública. Pretende-se com esta contratação, atender à crescente demanda pelos serviços de atendimento em Atenção Primária, Média e Alta Complexidade na saúde Municipal. A escolha pela forma de contratação visa principalmente a qualidade dos serviços com redução dos custos operacionais, eficiência técnica e satisfatória aos usuários do sistema de saúde municipal.

Tendo em vista que os serviços de Saúde pública do município é referência principal em Saúde para a população, nosso objetivo é atender de forma plena, para urgências e emergências, e demandas ambulatoriais oriundas da Secretaria de Saúde de nosso Município e de outros através de regulação médica.

Por se tratar de prestação de serviços de natureza continuada, a implantação e manutenção da solução, asseguram o cristalino e célere fluxo de informações, sem interrupção ou quaisquer impactos em todas as atividades já em curso, bem como, permitirá a melhoria na prestação dos serviços públicos oferecidos pela Secretaria de Saúde.

Entendemos que os serviços a serem prestados devem ocorrer de forma ininterrupta, uma vez que sua interrupção ou descontinuidade pode acarretar graves prejuízos à saúde dos pacientes atendidos pelo SUS em âmbito local.

Considerando que a “Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS)”, tem como propósito promover o uso inovador, criativo e transformador da tecnologia da informação a fim de melhorar os processos de trabalho em saúde e, assim, resultar em um Sistema Nacional de Informação em Saúde (SNIS) articulado e que produza informações para os cidadãos, a gestão, a prática profissional, a geração de conhecimento e o controle social, garantindo ganhos de eficiência e qualidade mensuráveis através da ampliação de acesso, equidade, integralidade e humanização dos serviços de saúde, contribuindo, dessa forma, para a melhoria da situação de saúde da população.

Considerando que a Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS), apresenta princípios e diretrizes norteadores de uma organização institucional, tais como: a melhoria da qualidade e do acesso ao sistema de saúde brasileiro; a transparência e segurança da informação em saúde; o acesso à informação de saúde pessoal como um direito do cidadão.

Considerando que a Atenção Primária à Saúde (APS) é o primeiro nível de atenção em saúde e se caracteriza por um conjunto de ações, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde das coletividades. Trata-se da principal porta de entrada do SUS e do centro de comunicação com toda a Rede de Atenção dos SUS, devendo se orientar pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização e da equidade. Isso significa dizer que a APS funciona como um filtro capaz de organizar o fluxo dos serviços nas redes de saúde, dos mais simples aos mais complexos.

Pois o programa (e-SUS PEC), que é uma estratégia da Secretaria de Atenção Primária à



Saúde (SAPS) para reestruturar as informações da Atenção Primária em nível nacional. Esta ação está alinhada com a proposta mais geral de reestruturação dos Sistemas de Informação em Saúde do Ministério da Saúde, entendendo que a qualificação da gestão da informação é fundamental para ampliar a qualidade no atendimento à população. A estratégia e-SUS, faz referência ao processo de informatização qualificada do SUS APS PEC, e- em busca de um SUS eletrônico e para isso o MS disponibilizou uma série de softwares para informatização da APS, sendo-os: e-SUS PEC Prontuário Eletrônico do Cidadão e o e-SUS APS Território. Por isso a necessidade de obter ferramenta tecnológica que possibilite a Integração com todos os níveis de atendimento (Atenção Básica, Média e Alta Complexidade bem como as Especialidade), e demonstrando em Prontuário Eletrônico Único, independente dos Sistemas envolvidos na gestão da Saúde Pública Municipal.

Considerando que o Programa “e-SUS PEC”, que trata do “Prontuário Eletrônico e-SUS APS”, trata-se de uma gama de ferramentas que auxiliam o trabalho dos profissionais, seja na organização da agenda da equipe, durante o registro das informações do paciente, inclusive o registro dos seus atos de cuidado para com os usuários do serviço,

Considerando que atualmente ainda há uma lacuna no que tange a informatização de grande parte dos estabelecimentos de saúde do Município, seja na infraestrutura de equipamentos de informática, nas seguintes quantidades e características, seja na disponibilidade de conectividade, capacitação adequada, educação permanente dos profissionais de saúde, impactando diretamente na capacidade de implantação de sistemas nas unidades de saúde.

Considerando que o Município não disponibiliza de recursos para implantar e/ou dar continuidade no “Prontuário Eletrônico”, cujos objetivos estratégicos é qualificar as Unidades Básicas de Saúde, na execução dos serviços de informatização, gerando ganhos de produtividade, controle no SUS, é que se faz necessária a contratação de serviços técnicos de terceiros, devidamente qualificados, envolvendo treinamento/capacitação dos profissionais de saúde, bem como suporte técnico especializado, para dar sustentação na implantação do “Prontuário Eletrônico”, e em conformidade com as normas do Ministério da Saúde;

E considerando ainda que o Município necessita de ferramentas de gestão eficientes visando melhorias no controle dos atendimentos, produção e distribuição, justifica-se a abertura de processo licitatório objetivando a contratação dos serviços, conforme detalhados nos lotes descritos nos quadros abaixo, em observância ainda no detalhado no anexo – A que faz parte integrante deste termo de referência, do instrumento convocatório/edital e da minuta do contrato para todos os efeitos legais e de direito.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Sustentabilidade:

Devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

3.2. Subcontratação:

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.3. Garantia da Contratação:

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.



4. LOCAIS DE INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO REFERIDO SISTEMA E SEUS RESPECTIVOS MÓDULOS

Os referidos Sistemas deverão ser instalados nas unidades de Saúde da Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas - MG, compreendendo UBSs, Centros de Especializações, Hospital Municipal e/ou outras indicadas pela Secretaria Municipal de Saúde durante a fase de implantação dos Sistemas, a Prefeitura Municipal disponibilizará toda a infraestrutura de hardware e conectividade necessária para o perfeito funcionamento do Sistema em suas unidades.

Unidades prováveis de Implantação dos Sistemas no Município, podendo ser incluídas novas e/ou excluídas, conforme demandas da Secretária Municipal de Saúde Pública durante o período contratual:

- Unidades indicadas da Secretaria Municipal de Saúde:

Secretaria Municipal de Saúde - Manoel Luiz Brandão, nº 300, Centro

Unidade Básica de Saúde - Manoel Luiz Brandão, nº 300, Centro

ESF Vandeir José Alves - Rua São José, 231, Centro

ESF Edith Palma Borba – Avenida Jose Amaro Brandao, nº 572, Bairro Brasilinha

ESF Jardim Cinelândia – Alameda Ozias Gomes de Souza

Farmácia Básica de Saúde - Manoel Luiz Brandão, nº 300, Centro

Laboratório Municipal - Manoel Luiz Brandão, nº 300, Centro

CAPS - Rua Santa Cruz, nº 49, Centro

Espaço Mais Saúde - Alameda Ozias Gomes de Souza, nº 850

Hospital Municipal – Sem endereço definido

5. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO

| | |
|---|---------|
| Instalação dos sistemas em servidor nuvem obrigatoriamente no Brasil, com capacidade de processamentos suficientes para atender todas as demandas do município; | 10 dias |
| Migração dos dados dos sistemas legados; | 10 dias |
| Criação de usuários e perfil de acesso para cada departamento/setor; | 10 dias |
| Parametrização de sistema, logotipo, nome, configurações de cabeçalho e rodapé de relatórios; | 10 dias |
| ✓ Treinamento técnico ✓ ✓ A contratada deverá realizar o treinamento dos técnicos e profissionais de Saúde para operação e correta manipulação dos sistemas a serem implantados, e após o treinamento inicial de <u>implantação</u> , os usuários deverão ser capazes de operar completamente o sistema, incluindo o cadastramento de dados, emissão de relatórios, realização de consultas complexas e gerenciamento do sistema (com tarefas como gerenciamento de usuários, correções de entradas de dados incorretas, verificação de inconsistências). ✓ | |



| | |
|---|----------|
| <p>✓ O treinamento deverá ser realizado nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde e em suas Unidades correlatas, indicadas neste Edital ou em documento encaminhado durante o processo de implantação, para a <i>Baixa, Média e Alta Complexidade</i>.</p> <p>✓</p> <p>✓ A contratada alocação profissionais necessários à realização do treinamento na fase de implantação, bem como retreinamento quantas vezes forem necessários para novos funcionários e reciclagem dos atuais, imediatamente quando convocada pela Contratante, independentemente da quantidade de horas de treinamento necessárias para o perfeito entendimento dos Sistemas pelos Profissionais (servidores), sem qualquer custo adicional, dentro do período contratual. Porém é obrigação da Contratante que seus Profissionais (servidores) comprove conhecimento básico para operar microcomputadores e conhecimento técnico para a função automatiza pelo sistema e área de atuação.</p> <p>✓</p> <p>✓ A contratada deverá montar um plano de treinamento com no mínimo 16 (dezesseis) horas, o qual deverá conter os seguintes requisitos mínimos:</p> <p>✓ Nome e objetivo de cada módulo de treinamento;</p> <p>✓ Público alvo;</p> <p>✓ Conteúdo programático;</p> <p>✓ Carga horária de cada módulo do treinamento;</p> <p>✓ Recursos utilizados no processo de treinamento (equipamentos, softwares, filmes, slides, acessos remotos (permitido), videoconferência, etc.), em comum acordo e anuência da Contratada, ficando obrigatório via presencial somente na fase de inicial de implantação de todos os sistemas e seus respectivos módulos.</p> <p>✓ As turmas devem ser dimensionadas por módulo, sendo que cada turma não poderá ter mais de 20 (vinte) participantes, separados por grupos de usuários. Sendo obrigatório assinatura dos participantes em “Termo de Participação em Treinamento Ministrado”.</p> | 30 dias |
| <p>Serviços de suporte técnico continuado</p> <p>A Contratada deverá executar os serviços contínuos de manutenção legal e corretiva dos sistemas implantados, durante o período de vigência do contrato, incluindo as seguintes atividades:</p> <p>a) Manutenção Corretiva: é aquela decorrente de problemas de funcionalidade detectados pelo usuário, ou seja, funcionamento em desacordo com o que foi especificado relativo a telas, regras de negócio, relatórios e integração.</p> <p>b) Manutenção legal: Em caso de mudança na legislação, banco de dados, entre outros, será elaborada uma programação, com cronograma definido junto ao Grupo Gestor do Contrato para atendimento às mudanças ocorridas, sem prejuízos à operação dos sistemas, durante vigência contratual.</p> <p>c) Disponibilização de atualização da versão do sistema, sempre que necessário para atendimento da legislação federal vigente, sem quaisquer</p> | Continuo |



ônus adicionais para o Município, durante a vigência contratual.
d) **Suporte técnico** através também de central de atendimento nas dependências da Contratada, com os seguintes canais de contato: Telefone, acessos remotos (permitido), WhatsApp e Chat interativo e/ou presencial (enloco) quando convocado a qualquer tempo dentro da vigência do contrato sem ônus para Contratante, quando esta solicitar.

6. CRONOGRAMA DE PRAZOS PARA SUPORTE TÉCNICO

A contratada deverá obedecer aos prazos de suporte técnico, conforme chamado originado da Secretaria Municipal de Saúde, através de e-mail, telefone ou qualquer outro sistema que a referida Secretaria ache necessário, de forma documentada.

| Quadro - Prioridade | | Tempo para resposta |
|---------------------|-------------------------------------|---|
| 1 | Crítica | 02 horas |
| 2 | Alta | 03 horas |
| 3 | Média | 08 horas |
| 4 | Baixa | 12 horas |
| 5 | Planejada (manutenção evolutiva) | Definido pela Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Saúde. |

Do Suporte Técnico

O atendimento à solicitação do suporte será feito através de central de atendimento ao cliente especializada da empresa fornecedora do sistema, com técnicos habilitados com objetivo de esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização do sistema implantado. Esse atendimento, quando necessário, deverá ser feito por telefone, e-mail ou através de serviços de suporte remoto (permitido), e ainda, por qualquer tipo de ferramenta que o Depto. de Tecnologia desta Prefeitura entenda como ideal para realizar este serviço.

Auxílio na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos, caso não exista backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança.

O atendimento à solicitação do suporte deverá ser realizado diretamente nas Unidades e Saúde requisitante (enloco), quando necessário e esgotado as tentativas de solução via acesso remoto ou instrução por telefone, com o objeto de esclarecer dúvidas e resolver problemas que possam surgir durante a utilização dos sistemas.

Suporte técnico via acesso remoto mediante autorização prévia, sendo de responsabilidade da contratada o sigilo e segurança das informações de acordo com a LGPD.

A CONTRATADA deverá enviar profissionais, incluindo programadores, analistas de sistemas, gerentes de projeto, conforme solicitação da contratante e de comum acordo, sem cobrança de horas técnicas, quando necessário e esgotado as tentativas de solução via acesso remoto ou instrução por telefone, cabendo a CONTRATANTE arcar somente com os custos de deslocamentos dos referidos profissionais da CONTRATADA.

Cada atendimento deverá ter associado um número único de protocolo, com registro de data, hora e atendente da abertura da ocorrência.

O serviço de atendimento deve estar disponível em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira,



das 08h00min às 12h00min e 13h00min às 17h00min, e para os casos de extrema urgência a CONTRATANTE poderá entrar em contato para atendimento nos finais de semana e feriados durante o período diurno em número telefone que deverá ser indicado pela CONTRATADA.

7. REQUISITOS DE SEGURANÇA E ACESSO E PROTEÇÃO DE DADOS

Deverá oferecer segurança à informação, necessária para aplicações de sua natureza, de modo a garantir os princípios básicos de confidencialidade, integridade e disponibilidade, utilizando-se para tanto dos recursos mais modernos de tecnologia.

O acesso de usuários deverá ser controlado pela informação de login e senha, associado a um “**cadastro único**”, fazendo-se a restrição de operações para segurança, com base em perfis de acesso distintos para diferentes usuários, possibilitando que, para um mesmo usuário, possa ser associado vários perfis de acesso, com efeito cumulativo de autorizações, possibilitando este ter acesso a um ou mais sistemas.

Deverá ser possível o controle de acesso, através de perfis ou individual, com senhas criptografadas e não-visíveis aos administradores. No cadastro do usuário deverá ser obrigatório o uso de CPF, por meio do qual, não deve ser permitida a duplicidade de registros. Deverá ser possível determinar as permissões de usuários através de telas do próprio sistema, para usuários com privilégios de administradores (corporativos), possibilitando copiar os privilégios de acesso de um usuário para outro, ou ainda, equiparação de tipos de perfis, caso necessário.

De forma parametrizável, deverá possuir regras de composição e de tamanho mínimo de senhas (conceito de senha forte), como também, possuir funcionalidades de expiração de senha, bloqueio de acesso por número limite de tentativas de acesso.

Deverá possibilitar a restrição de recursos operacionais a usuários, conforme seus perfis. O Perfil definirá quais informações o usuário poderá ter acesso e que tipo de transação poderá executar (inclusão, edição, exclusão, leitura, impressão, etc.).

Deverá permitir a inativação e reativação de usuários, de modo imediato, via interface do sistema, mediante parametrização de dias sem utilização e/ou durante afastamentos indicados.

Deverá permitir acesso ilimitado de usuários simultâneos, em qualquer tela do sistema, sem necessidade de aquisição de novas licenças, de qualquer um dos sistemas e/ou módulos utilizados pela solução proposta.

Deverá permitir o resguardo do histórico de transações para registro de auditoria (log), contemplando o armazenamento de identificação do usuário, momento (data, hora, minuto), operação executada (inclusão, alteração, exclusão) e o conteúdo dos dados. Deverá ser possível consultar ou emitir relatório destes registros. Os recursos e informações de registros de auditoria (log) da solução ofertada, deverão estar protegidos contra falsificação e acesso não-autorizado, devendo apresentar tela própria (nativa do Sistema) para consulta das operações auditadas, sendo totalmente proibido qualquer tipo de acesso para demonstração se log's e outras visões direto no banco de dados do Sistema.

Deverá possuir controle de contingência com medidas alternativas, em caso de falhas e/ou problemas técnicos – qualquer que sejam os serviços afetados, de modo que ao retorno do pleno funcionamento do sistema, não haja perda de dados, nem prejuízos aos procedimentos. Os acessos remotos em computadores-desktop, Servidores Web com armazenamento de Dados, deverão sempre ter o conhecimento e anuência da Contratada, devendo gerar registros de auditoria (log).

A Contratada deverá apresentar a Contratante Plano de Segurança e Gestão de Dados de



acordo com a LGPD, no que tange seus Sistemas e Aplicativos. Devendo estar em sintonia com as políticas de Segurança de dados da Prefeitura Municipal e/ou Secretárias Municipais envolvidas.

7.1. Da Capacidade Técnica:

Para fins de comprovação da capacidade técnica a licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica emitida por pessoa jurídica pública ou privada constando que prestou ou presta serviços implantação, licenciamento e suporte técnico de sistema de Gestão de Saúde, bem como informar que o sistema possuía integração entre os prontuários pro ativamente com o e-SUS PEC do Governo Federal;

Apresentar em conjunto, comprovação que a proponente prestou serviços de implantação da plataforma e-SUS PEC do Ministério da Saúde do Governo Federal, bem como realizou treinamento e suporte técnico para médicos, enfermeiros, auxiliares, recepcionistas e outros profissionais da atenção primária para o uso do sistema na sua versão completa.

7.2. Da Apresentação/Homologação de todas as funcionalidades do Sistema (Amostras):

A empresa licitante do certame classificada em primeiro lugar deverá apresentar o sistema completo conforme descrito os itens relacionados na cláusula 7.3 deste termo. Integrado e voltado para a Saúde Pública, contemplando Integração com a Atenção Básica (UBS's), bem como Atendimento na Média, Alta Complexidade e Especialidades, que compõem toda a solução, demonstrar todo o fluxo de ações, procedimentos, operações e funções de acordo com o **OBJETO e FUNCIONALIDADES DO SISTEMA**, descritas como necessárias neste Termo de Referência.

Para tal será indicado pelo(a) Gestor(a) da Secretária Municipal de Saúde até **03 (três) responsáveis** para verificação e testes de todo o fluxo específica (cláusula 7.3) abaixo em conformidade com o **OBJETO** da licitação. **Esta verificação poderá ser efetuada logo após a fase de lances, ou a critério do Pregoeiro, em comum acordo com a Secretária Municipal de Saúde, que poderá ocorrer no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, a contar da data da solicitação, através de convocação por e-mail e/ou telefonema ao licitante e/ou por indicação na Plataforma Eletrônica de Licitação.** Devendo ocorrer antes da assinatura do Contrato de Prestação de Serviços, para atestado final de conformidade com as Especificações dos Sistemas. Devendo ser apresentado em equipamento próprio da licitante, com informações suficientes na base de dados dos sistemas para a realização da apresentação técnica, não sendo permitido a apresentação em forma de simulação e/ou slides, ou que não seja utilizando o software ofertado.

A referida apresentação será obrigatória e será apresentada para os responsáveis indicados pela Secretaria Municipal de Saúde do Município em lugar indicado.

Após esta avaliação, os responsáveis indicados pelo(a) Gestor(a) da Secretária Municipal de Saúde emitirão laudo técnico da avaliação. Sendo positiva a avaliação e estando de acordo, segue o processo para assinatura do Contrato.

Se a DEMONSTRAÇÃO apresentada pelo primeiro classificado não for aceitável, a Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Saúde, convocará para apresentação o segundo classificado, e seguir-se-á com a verificação, assim, sucessivamente, até a verificação de licitante que atenda às especificações do Termo de



Referência com referência ao Objeto e critérios de avaliação positiva.

Os licitantes proponentes deverão colocar à disposição da Administração Municipal todas as condições indispensáveis à realização da apresentação, como computadores, aparelho de projeção e conectividade, e outros.

A apresentação (Demonstração) dos Sistemas e/ou módulos do software correlatos a que se refere os incisos anteriores não será sigilosa, contudo, deverá ser procedida e conduzida apenas pelos indicados para avaliação (comissão nomeada), não cabendo qualquer interferência de outros licitantes e/ou observadores durante toda a apresentação, podendo tão somente ocorrer qualquer tipo de manifesto e/ou contestação da referida apresentação através de pedido de impugnação do ato através de justificativa embasadas nas definições deste Termo de Referência, em momento posterior.

A licitante deverá apresentar todos os fluxos de ações, procedimentos, operações e funções de acordo com o **OBJETO e FUNCIONALIDADES DO SISTEMA**, descritas como necessárias neste Termo de Referência - **(ANEXO I)**

*Porém é **obrigatório** apresentar as simulações abaixo em sua **totalidade** (08) oito, em primeira parte, pois caso não sejam 100% demonstradas e apresentadas como positiva a Comissão Avaliadora poderá dar como encerrada a referida apresentação e desclassificando a licitante, sem a necessidade de seguir com avaliação aos demais item do Anexo I:*

- **Primeira simulação- (Validação de sistema em plataforma web)** A Licitante deverá abrir o sistema em plataforma WEB, 100% nativa, funcionando nos navegadores chrome ou firefox ou edge em sua última versão disponibilizada pelos sites dos fabricantes, executar o sistema sem a necessidade de instalar qualquer artefato de software ou plugin que simule ambiente web ou acesso remoto ou que não seja plugin nativamente do navegador escolhido;
- **Segunda simulação- (Comprovação de integração entre os sistemas)** A Licitante deverá abrir o e-SUS PEC do MS, realizar alteração no cadastro do Cidadão, realizar atendimento, triagem e atendimento ao prontuário médico, deverá após este procedimento, abrir o Sistema especializado ou hospitalar/UPA oferecido e apresentar no prontuário eletrônico do sistema, o histórico deste atendimento com dados completos vindo do e-SUS PEC do MS automaticamente, como também deverá também através da consulta do prontuário eletrônico no Sistema Especializado, obter todas as informações do prontuário eletrônico do paciente do e-SUS-PEC;
- **Terceira simulação- (Acessibilidade e gestão)** A Licitante deverá apresentar o painel de chamados, deverá apresentar a capacidade do sistema em chamar o paciente através de painel próprio do sistema (nativo), com recurso de acessibilidade visual: apresentar nome do paciente e local que o mesmo deva se dirigir, acessibilidade auditiva: o sistema deverá realizar o chamamento através de voz eletrônica robotizada ou voz sintetizada por computador, e indicar qual sala o paciente deve se deslocar, o painel também deve suportar o cadastro de vídeos institucionais, que deverão ser executados em sequência interrupta. De forma integrada o painel deve mostrar também os atendimentos do sistema E-SUS PEC (APS) permitindo que os profissionais realizarem chamadas via painel também.
- **Quarta Simulação- (Teste de autenticidade de documentos)** A Licitante deverá emitir pela tela de atendimento uma receita médica e um atestado médico, deverá validar a veracidade

dos documentos através de site próprio utilizando a chave eletrônica e/ou QR Code;

- **Quinta Simulação** - (Se for o caso, Testar consolidação de entrada de produtos integrando a nota fiscal eletrônica), A licitante deverá realizar a entrada de produtos em estoque utilizando a leitura de um arquivo XML de nota fiscal e também pelo número da nota fiscal eletrônica, o sistema deverá buscar todos os dados da nota fiscal de forma eletrônica junto a Sefaz do estado de origem do fornecedor, o sistema deverá ler todos os produtos do arquivo, demonstrar em caso o produto exista no XML mas não exista no sistema, o sistema deverá sugerir o seu cadastramento automático baseada nas próprias informações do arquivo XML; ainda deverá caso não exista o arquivo XML, digitar o número do documento e o sistema obter através de integração todos os dados da nota fiscal de forma automática;
- **Sexta Simulação** - (Teste de integração com CADSUS WEB), A licitante deverá na tela de cadastro do paciente, localizar a pessoa na base de dados federal utilizando apenas o cpf, devendo o sistema carregar todas as informações para a tela de cadastro do sistema, incluindo o número do cartão SUS, e após o registro poderá a critério imprimir o cartão sus;
- **Sétima Simulação** - (Teste de Segurança), O Sistema da licitante deverá possuir sistema de proteção contra método tentativa/erro de login, onde propositalmente deve errar a senha por 5 vezes, devendo o sistema bloquear novas tentativas de acesso por tempo de no mínimo 60 segundos, que ao errar as credenciais de acesso consecutivamente o terminal deverá ser bloqueado.
- **Oitava Simulação** - (Se for o caso, Teste de comunicação eletrônica), A licitante deverá enviar uma comunicação interna acompanhada de anexo sendo de: fulano para ciclano, sendo este ao receber, ser notificado em tela, podendo responder a comunicação imediatamente;

7.3. REQUISITOS FUNCIONAIS

As funções da solução proposta, estão descritas e agrupadas por sistema e/ou módulos, que deverão funcionar na mesma plataforma de banco de dados, totalmente integrado ou unificado, sem fazer uso de replicação de dados, garantindo que todos os processos operacionais aconteçam de forma otimizada, sem redundância de informações.

A solução proposta, deverá atender obrigatoriamente as normas legais, possibilitando o registro de todos os atos e fatos inerentes à Administração, no âmbito municipal, e se constituir em útil e prático instrumento de gestão, apresentando as características, funcionalidades e requisitos desejáveis, em rotinas similares e/ou equivalentes, descritas a seguir:

7.3.1. Especificações técnicas do sistema especializado para Atendimento a Média e Alta - Complexidade com Integração a Atenção Básica

| | Descrição |
|---|---|
| 1 | O banco de dados ser do tipo SGBD, relacional, plataforma 64 bits, compatível com Linux ou Windows Server, livre de licenciamento de uso, sem limite de memória, sem limite de usuários e conexões; |



| | |
|--------------------------------|--|
| 2 | O sistema deverá estar hospedado em nuvem cloud, com acesso via domínio determinado pela licitante, utilizando conexão segura via https, com acesso via internet utilizando apenas o navegador web, tendo como disponibilidade da não interrupção dos serviços de pelo menos 98% do tempo, o nível de segurança de acesso ao servidor de processamento deve usar protocolos de acesso tipo rsa com acesso seguro via ssh, serviço de firewall ativo, serviço de monitoramento de hardware com emissão de alerta por e-mail em caso de falha; |
| 3 | O sistema deverá ser em plataforma WEB, 100% nativa e possuir tecnologia responsiva, permite acesso via smartfone ou tablet; |
| Integrações de dados | |
| 4 | O sistema deverá ser integrado ao cadastro de pacientes do e-SUS PEC, software este fornecido pelo Ministério da Saúde do Governo Federal, de forma proativa, ou seja, ao cadastrar/atualizar um paciente no e-SUS PEC o mesmo deverá constar no cadastro de pessoas do Sistema Especializado sem a necessidade de ler/enviar arquivos, deverá também através da consulta do prontuário eletrônico no Sistema Especializado, obter todas as informações do prontuário eletrônico do paciente do e-SUS-PEC; |
| 5 | O sistema deverá permitir a atualização da tabela de procedimentos do SIGTAP de forma on-line ou através de leitura do arquivo fornecido pelo site do SIGTAP, o sistema deverá buscar no site do Ministério a última versão da tabela e atualizar o sistema, mantendo para registro histórico os procedimentos e valores de competências anteriores; |
| 6 | O sistema deverá possuir webservice para buscar na base de dados do Cartão SUS, utilizando apenas o CPF do paciente, deverá ainda permitindo a pesquisa na base nacional utilizando outros campos como nome, nascimento, nome da mãe, etc; |
| 7 | O sistema deverá possuir webservice com capacidade técnica de transmitir a produção farmacológica para o Ministério da Saúde para o programa BNAFAR, deverá ainda quando for o caso, apontar inconsistências para correção ou tomada de decisão, não havendo mais necessidade de enviar/receber arquivos do Horus; |
| 8 | O sistema deverá gerar os arquivos para o SISAIH, exportando as informações das internações para fechamento; |
| 9 | O sistema deverá gerar o arquivo para o RAAS, permite exportar os atendimentos CAPS e importar no sistema do Ministério da Saúde; |
| 10 | O sistema deverá possuir webservice com os CEP's de todo o território nacional, o sistema permite buscar logradouros utilizando apenas o CEP como valor; |
| 11 | O sistema deverá possibilitar a leitura do arquivo txtproc do CNES, a leitura deverá ser realizada sempre que houver mudanças no quadro de profissionais, o sistema deverá atualizar/inserir/desligar profissionais e seus vínculos de acordo com os registros de sua lotação; |
| 12 | O sistema deverá integrar com o CNES, no estabelecimento sincronizando dados conforme o CNES do município; |
| 13 | O sistema deverá exportação do BPA em ordem por procedimento, cbo e idade, facilitando a compreensão do relatório do BPA; |
| Integração com ESUS APS | |



| | |
|--|---|
| 14 | O sistema deverá permitir consultar em tela os atendimentos realizados no ESUS APS (prontuário do E-SUS PEC) |
| 15 | O sistema deverá gerar gráficos dos atendimentos individualizados, atendimentos odontológicos, vacinas e visitas domiciliares dos dados lançados diretamente ESUS APS. Deve ser possível filtrar por unidade e período; |
| Segurança do Sistema | |
| 16 | O sistema deverá permitir a criação de usuários sem limites de quantidades; |
| 17 | O sistema deverá permitir a criação de perfil de acesso de acordo com o departamento ou estabelecimento; |
| 18 | O sistema deverá permitir o bloqueio/desbloqueio de acesso ao sistema a nível de usuário, mantendo todo o histórico de auditoria; |
| 19 | O sistema deverá permitir o cadastro de e-mail para recuperação da senha do usuário; |
| 20 | O sistema deverá permitir a vinculação do login do usuário ao funcionário; |
| 21 | O sistema deverá possuir sistema de auditoria, sendo registrado todo o acesso das operações efetuadas no mesmo, através de logs de acesso, de modo que seja possível identificar claramente as atividades de consulta, inclusão, alteração/o e exclusão de qualquer informação, inclusive aquelas de qualquer usuário, indistintamente, inclusive administradores. O log registrado deve permitir a identificação completa do dado que foi acessado/atualizado, deverá ainda registrar dados como data/hora, número do ip do computador, login do usuário, operação que foi realizada, conteúdo afetado, conteúdo anterior; |
| 22 | Deverá possuir sistema de criptografia simétrica do tipo hash para as senhas dos usuários, sendo armazenada no banco de dados que impossibilite a qualquer administrador visualizar; |
| 23 | O sistema deverá permitir que o usuário possa em tela própria alterar a sua senha de acesso a qualquer tempo, deverá ainda possuir segurança mínima para senhas com tamanho mínimo de 6 caracteres contendo letras e números. |
| 24 | O sistema deverá permitir a assinatura digital para documentos médicos como receitas, atestados e recomendações médicas, utilizando de certificado digital tipo A1, padrão ICP-BRASIL; |
| 25 | O sistema deverá possuir acesso via navegador de forma segura, utilizando protocolo HTTPS juntamente com certificado digital válido. O sistema deverá ainda estar de acordo com as normas e diretrizes acerca da lei de proteção de dados "LGPD", devendo assegurar que os dados registrados devem ser estruturados de forma a atender aos requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança e aos princípios gerais previstos na lei e às demais normas regulamentares; |
| Descrição – Modular | |
| Funcionalidades do sistema, módulos, fluxo de ações, procedimentos, operações e funções, que compõem toda a solução, de acordo com o OBJETO | |
| Módulo de Tabela de procedimentos SIGTAP | |
| 26 | O sistema deverá possuir tela própria de consulta de procedimentos por código ou |



| | |
|--|--|
| | descrição, possibilitando a visualização de todas as características do procedimento; |
| 27 | O sistema deverá permitir buscar os procedimentos compatíveis pesquisando pelo cbo do profissional; |
| 28 | O sistema deverá permitir o usuário a realizar a importação de uma nova competência do sigtap de forma automática (on-line) sem a necessidade de ler arquivos; |
| 29 | O sistema deverá ainda possibilitar a consulta de cid por código ou descrição; |
| Módulo de Atendimento Social nas Unidades de Saúde | |
| 30 | O sistema deverá permitir o registro de atendimentos de outros profissionais que realizam atendimento na área social nas Unidades de Saúde; |
| 31 | O sistema deverá permitir o registro na recepção, gerenciando a fila de atendimento de acordo com os critérios de preferência; |
| 32 | O sistema deverá permitir o atendimento da pessoa, registrando o motivo do atendimento, o registro de produto ou serviços, valores de benefício, deverá ainda manter um histórico dos atendimentos; |
| 33 | O sistema deverá emitir um recibo de entrega para resguardo do atendente; |
| 34 | O sistema deverá possuir painel de chamada para funcionamento na recepção, ao chamar o sistema deverá apresentar o nome do paciente, realizar o chamamento com voz sintetizada, e indicar qual sala o paciente deve se deslocar, o painel também deve suportar o cadastro de vídeos institucionais, que deverão ser executados em sequência interrupta; |
| Gestão Administrativa | |
| 35 | O sistema deverá possibilitar o cadastro dos objetos para controle de patrimônio; |
| 36 | Permitir o cadastro de Patrimônios com o objeto, código de identificação, estabelecimento, localização no estabelecimento, e se é próprio ou cedido; |
| 37 | Permitir o registro da situação dos objetos em determinada data e o anexo de imagens deles; |
| 38 | Permitir dar baixa no patrimônio, assim como também cadastrar o tipo de baixa; |
| 39 | Permitir o cadastro de contratos informando o número, período, fornecedor, objeto, valor e anexar arquivos ao mesmo; |
| 40 | O sistema deverá permitir cadastro de consignado, em que é possível registrar os produtos entregues ao paciente, estado atual do mesmo e o prazo de devolução. Deverá emitir termo de consentimento de empréstimo ao paciente. Possibilitar a gerência dos produtos que estão emprestados e não foram ainda devolvidos, assim como também registrar as devoluções e estado atual do produto devolvido; |
| Módulo de Comunicação Interna para memorando e ofício | |
| 41 | O sistema deverá possuir módulo de comunicação interna, permitindo o envio e recebimento de comunicados internos do órgão, informando o remetente e destinatários, permitindo ainda o anexo de arquivos; |
| 42 | O sistema deverá a critério da administração gerar o número de documento automaticamente de forma sequencial; |
| 43 | O sistema deverá possuir recurso de notificação de recebimento de comunicado alertando o usuário a sua atenção imediata; |



| | |
|--|--|
| 44 | O sistema deverá possuir ainda recurso de acompanhar a visualização ou não do documento pelo destinatário, informado a data/hora da visualização, deverá ainda permitir responder a comunicação sem a necessidade de enviar novo documento; |
| 45 | O sistema deverá possuir chat interno para comunicação entre todos os usuários do sistema, o chat deverá identificar o usuário e seu estabelecimento de trabalho, deverá ainda permitir o envio de mensagens para usuários que estejam off-line, este chat deverá fazer parte do nativo do próprio sistema, sem ter que abrir outro sistema; |
| Módulo de Exames de Imagens | |
| 46 | O sistema deverá utilizar a mesma base de dados dos pacientes; |
| 47 | O sistema deverá permitir o agendamento dos exames por outros estabelecimentos de saúde, o sistema deverá permitir a parametrização da agenda com a liberação de cotas por unidade de saúde e dia da semana e ou limitando quantidade de pacientes por dia; |
| 48 | O sistema deverá permitir cadastrar bloqueios de agendamento, este mesmo pode ser configurado por unidade e ou turno; |
| 49 | O sistema deverá permitir configurar quais exames serão permitidos agendar; |
| 50 | O sistema deverá permitir cadastrar exames que não fazem parte da tabela sigtap; |
| 51 | O sistema deverá permitir o cadastro de plantões, aonde a data determinada será aberta na agenda. Este plantão deve ser cadastrado por turno, unidade de saúde e quantidade de vaga; |
| 52 | O sistema deverá permitir o cadastro das dietas para cada exame; |
| 53 | O sistema deverá possuir tela de recepção, permitindo o cadastro de pedidos de exames, informando o médico solicitante, estabelecimento solicitante, exame solicitado, controle de data/hora do pedido, convenio e se atendimento é prioritário; |
| 54 | O sistema deverá possuir painel de chamada para funcionamento na recepção do Setor, ao chamar o sistema deverá apresentar o nome do paciente, realizar o chamamento com voz sintetizada, e indicar qual sala o paciente deve se deslocar, o painel também deve suportar o cadastro de vídeos institucionais, que deverão ser executados em sequência interrupta; |
| 55 | O sistema deverá possuir tela própria de emissão de laudos, possibilitando o uso de templates pré cadastrados, deverá ainda permitir manter o laudo em modo rascunho ou liberado; |
| 56 | O sistema deverá possuir faturamento automatizado; |
| 57 | O sistema deverá permitir a inserção de imagens do tipo JPG ou documentos PDF; |
| 58 | O sistema deverá permitir registrar a ausência do paciente com justificativa quando houver; |
| 59 | O sistema deverá permitir cadastrar o resultado do processo licitatório com informações da empresa vencedora bem como exames licitados e quantidade de cada exame. Sistema deverá mostrar a quantidade consumida de cada exame e o saldo. |
| 60 | O sistema deverá permitir a integração com equipamentos de radiografia digital padrão DICOM; |
| Módulo de Farmácia e Almoxarifado | |



| | |
|----|--|
| 61 | O sistema deverá possuir módulo para entrada de produtos, saída de produtos, distribuição de produtos e dispensa de produtos, separados por estabelecimentos e departamento; |
| 62 | O sistema deve possuir cadastro de fornecedores, fabricantes e entidades; |
| 63 | O sistema deverá possuir no cadastro de produtos o código do ean, catmat, bem como toda a classificação de tipo como grupo, subgrupo, tipo de medicamento, tipo de produto, tipo de programa de saúde, tipo de controlado e a característica do destinatário; |
| 64 | Sistema deverá listar os produtos que compõem o BNAFAR; |
| 65 | Deve ser possível unificar produtos duplicados; |
| 66 | Sistema deverá possibilitar a inclusão de Localização dos produtos por área/setor, rua/corredor, prateleira e nível; |
| 67 | Deve ser possível bloquear um produto de ser dispensado ou distribuído; |
| 68 | Deve ser possível cadastrar estoque mínimo de cada produto de acordo com a unidade; |
| 69 | O sistema deverá possuir para o registro de entrada de produtos, informar o fornecedor, data da nota fiscal, valor da nota fiscal, fonte de recurso, deverá ainda possibilitar a leitura o arquivo XML da nota fiscal, realizando a entrada automática dos produtos, em casos de produtos novos, o sistema deverá sugerir ao operador o cadastramento automático ou indicar o produto equivalente no sistema; |
| 70 | O sistema deverá possuir ainda integração proativa com a nota fiscal eletrônica, utilizando apenas a chave eletrônico da nota, o sistema deverá realizar a entrada automaticamente no sistema, em casos de itens de produtos novos, o sistema deverá sugerir ao operador o cadastramento automático ou indicar o produto equivalente no sistema, deverá ainda impedir a entrada duplicada de nota fiscal; |
| 71 | O sistema deverá permitir o cadastro de compras empenhadas, registrando o número do contrato, data da validade, fornecedor, itens licitados, quantidades licitadas, deverá ainda permitir ao realizar novo pedido controlar o saldo restante de forma automática; |
| 72 | O sistema deve possuir módulo de saída de produtos, possibilitando o envio de produtos do almoxarifado para o setor solicitante, atualizando automaticamente os saldos de estoque; |
| 73 | O sistema deverá possuir módulo de controle de distribuição, permitindo que a unidade solicitante possa requisitar para o almoxarifado produtos e quantitativos, e o gestor possa em tela visualizar estes pedidos juntamente o estoque do solicitante, podendo assim deferir ou não, com a possibilidade de ajustar o quantitativo, deverá ainda gerar documento de trânsito para o transporte físico dos produtos; |
| 74 | O sistema deverá possuir módulo de saída de produtos para destinatários externos ao sistema, sendo possível inserir novos destinatários quando houver; |
| 75 | O sistema deverá possuir módulo de dispensa de produtos, deverá permitir o uso de leitor de código de barras ou localizar o produto pelo código ou descrição, deverá ainda calcular a quantidade que deve ser dispensada de acordo com o tratamento, tanto para sólidos e líquidos, deverá ainda registrar o tratamento quando for o caso, calculando a data inicial e final do tratamento, deverá ainda ao |



| | |
|---|---|
| | final da dispensa a possibilidade de emitir em formato de cupom térmico o comprovante de entrega para o paciente; |
| 76 | No momento da dispensa sistema deve alertar quando o paciente é de outro município; |
| 77 | No modulo de dispensa o sistema devera buscar as receitas lançadas no Esus PEC e também as emitidas dentro do próprio sistema; |
| 78 | O sistema deverá na dispensa informar automaticamente o lote com vencimento mais próximo, caso a quantidade de produtos ultrapasse o saldo do lote indicado pelo sistema, o mesmo deverá na sequência retirar os quantitativos dos lotes disponíveis na ordem de seu vencimento; |
| 79 | O sistema deverá no ato da dispensa informar o operador quais os produtos que o paciente já retirou, independente do estabelecimento, deverá informar o produto, a quantidade e a data da retirada, deverá ainda apresentar caso exista os tratamentos ativos para aquele paciente; |
| 80 | O sistema deverá no ato da dispensa registrar os produtos que não possuem saldo em estoque ou que não existam no sistema, registrando em sistema próprio para futura análise do que não foi atendido, informado quem é o paciente, produto, quantidade solicitada, médico solicitante; |
| 81 | Sistema deve identificar se o medicamento é controlado, e caso for, tornar obrigatório informar o prescritor; |
| 82 | Sistema deve imprimir modelo de recibo caso medicamento for de ação judicial; |
| 83 | O sistema deverá possuir painel de chamada para funcionamento na recepção do Setor, ao chamar o sistema deverá apresentar o nome do paciente, realizar o chamamento com voz sintetizada, e indicar qual sala o paciente deve se deslocar, o painel também deve suportar o cadastro de vídeos institucionais, que deverão ser executados em sequência interrupta; |
| 84 | O sistema deverá possuir consulta de estoque em tela, permitindo o gestor visualizar de forma geral ou por departamento o estoque de qualquer produto, deverá ainda em tela, visualizar a origem das entradas, transferências, saídas e dispensas, permitindo inclusive inserir filtros por data de movimentação, conferência de saldo por data, filtros por grupo de medicamentos, tipo de controlado e tipo de medicamento; |
| 85 | O sistema deverá possuir tela de duração do estoque, apresentando o tempo que irá durar o estoque de cada produto de acordo com a média de saída; |
| 86 | O sistema deverá gerar gráficos com quantitativo de dispensação por período e por hora. Também deve obter o gráfico de medicamentos mais dispensados; |
| Módulo de Atendimento Centro de Especialidades Médicas | |
| 87 | O sistema deverá no cadastramento do estabelecimento poder informar horário de segunda a domingo e vespertino, matutino e noturno; |
| 88 | O sistema deverá ter cadastro de Cartão Municipal de Saúde contendo, nº de cartão, Nome, Lei, Prioridade do cartão, identificando o município; |
| 89 | O sistema através do Cartão Municipal deverá proporcionar a impressão de carteirinha do paciente (Pessoa) com “ <u>Transtorno do Espectro Autista</u> ” contendo: nome do paciente, CPF, CNS, data de nascimento, nome da mãe, com possibilidade de anexar laudos médicos e impressão da carteirinha em cor e layout |



| | |
|-----|---|
| | adequada para guarda como documento de identificação e trânsito; |
| 90 | O sistema através do Cartão Municipal deverá proporcionar a impressão de carteirinha do paciente (Pessoa) com <u>“Fibromialgia - Cipfibro”</u> contendo: nome do paciente, CPF, CNS, data de nascimento, nome da mãe, com possibilidade de anexar laudos médicos e impressão da carteirinha em cor e layout adequada para guarda como documento de identificação e trânsito; |
| 91 | O Sistema deverá ter tela para registrar por data e por Estabelecimento de Saúde pesquisa avaliativa de atendimentos pelo paciente, pontuando o paciente seu atendimento como “muito insatisfeito”, “insatisfeito”, “neutro”, “satisfeito” e “muito satisfeito”, utilizando identificando na avaliação os profissionais da recepção, enfermagem e médicos, com totalizadores dos indicativos e identificação completa do paciente avaliador como: Nome, Data Nascimento, CPF, e telefone, a tela para e referida pesquisa também além de texto deverá ter simbologia de “emojis” para acessibilidade e entendimento de todos os pacientes. |
| 92 | O sistema deverá possuir cadastro de pacientes, contendo todas as informações como cor/raça, endereço residencial, telefones de contato, número do cpf, rg, cartão sus; |
| 93 | O sistema deverá permitir para novos cadastros de pacientes a busca de dados na base federal do cartão sus utilizando apenas o CPF como campo, permitindo ainda uma busca avançada utilizando o nome, nascimento, nome da mãe; |
| 94 | O sistema deverá validar como verdadeiro os números do cartão sus e cpf; |
| 95 | O sistema deverá possuir webservice para localizar os logradouros informado apenas o CEP do cidadão; |
| 96 | O sistema deverá bloquear a tentativa de cadastro duplicado, utilizando como chave o número do cartão sus, número do cpf e alerta de similaridade utilizando nome, nascimento e mãe, evitando a duplicação do paciente no sistema; |
| 97 | O sistema deverá possuir recurso de unificar prontuários duplicados, informado o prontuário correto e o obsoleto, unificando todas as informações automaticamente; |
| 98 | O sistema deverá possuir sistema de agendamento de consultas, permitindo a liberação de vagas por profissional, permitindo o controle da disponibilidade horário ou dia da semana, ao agendar o paciente o mesmo deve receber um sms com a confirmação da agenda e outro sms um dia antes da consulta, informando a data/hora para fins de lembrete; |
| 99 | O sistema de agendamento deve permitir o controle das ausências de forma justificada quanto for o caso, deve ainda permitir o reagendamento dos pacientes para outra data de forma automática, ao reagendar os pacientes o sistema deverá disparar sms para todos os agendados com telefone celular cadastro informado da nova data; |
| 100 | O sistema de agendamento deverá permitir que o gestor possa agendar novo paciente mesmo não tendo vaga disponível; |
| 101 | O sistema de agendamento deverá permitir que o gestor possa realizar bloqueio na agenda, por hora inicial e final ou por data; |
| 102 | O sistema de agendamento deverá possibilitar o agendamento indicando se é a primeira consulta ou retorno, podendo ainda informar se a consulta será por telemedicina; |



| | |
|-----|--|
| 103 | O sistema de agendamento deve permitir que o administrador possa cadastrar os feriados para boqueio automático da agenda; |
| 104 | O sistema de atendimento deverá registrar a chegada do paciente através da agenda ou demanda espontânea, deverá ainda gerar fila de atendimento automático, permitindo registrar inclusive qual profissional realizará o atendimento; |
| 105 | O sistema deverá possuir painel de chamada para funcionamento na recepção, ao chamar o sistema deverá apresentar o nome do paciente, realizar o chamamento com voz sinterizada, e indicar qual sala o paciente deve se deslocar, o painel também deve suportar o cadastro de vídeos institucionais, que deverão ser executados em sequência interrupta; |
| 106 | O sistema deverá possuir tela própria de triagem, com a possibilidade de registrar os dados vitais do paciente como aferição de pressão, temperatura, peso, altura, cálculo do IMC automático, frequência cardíaca, frequência respiratória, alergias, queixa do paciente, deve permitir a visualização do histórico médico de todos os atendimentos anteriores, independente da unidade, com informações inclusive originadas do atendimento e-SUS PEC, ao final da triagem o operador poderá liberar o paciente ou encaminhar para uma consulta médica; |
| 107 | O sistema deverá possuir recurso da impressão de comprovante de comparecimento, bem como uma chave eletrônica de autenticidade, permitindo assim que o documento possa ser validado posteriormente por site específico do próprio sistema; |
| 108 | O sistema deverá possuir tela própria da consulta médica, com a possibilidade de registrar o atendimento, deverá ainda permitir a possibilidade do médico visualizar histórico médico, resultados de exames de laboratório, resultado de exames de imagens, laudos, medicamentos utilizados, procedimentos lançados, bem como informações originadas de atendimento do e-SUS PEC; |
| 109 | O sistema deverá possuir na consulta médica recursos de emissão de receita médica, com a possibilidade de no ato a prescrição verificar se aquele medicamento possui estoque na rede municipal, deverá ainda permitir prescrever medicamentos fora da lista de produtos do sistema, deverá possuir templates pré escritos para a posologia, ao final da prescrição médica, o sistema deverá permitir a assinatura digital utilizando certificado digital ICP-Brasil, em casos de impressão o sistema deverá gerar uma chave eletrônica de autenticidade, permitindo assim que o documento possa ser validado posteriormente por site específico do próprio sistema, o sistema deverá possuir modelos para receitas simples e controladas, sendo sua emissão feita de forma automática de acordo com o tipo de medicamento receitado; |
| 110 | O sistema deverá possuir na tela da consulta médica recursos de emissão de atestado médico e de comparecimento, o sistema deverá permitir a assinatura digital utilizando certificado digital ICP-Brasil, em casos de impressão o sistema deverá gerar uma chave eletrônica de autenticidade, permitindo assim que o documento possa ser validado posteriormente por site específico do próprio sistema; |
| 111 | O sistema deverá possuir na tela da consulta médica recursos de emissão de encaminhamentos médicos, permitindo o médico indicar qual o tratamento, motivo do encaminhamento, justificativa para o tratamento, o sistema deverá ainda |



| | |
|-----|--|
| | permitir a assinatura digital utilizando certificado digital ICP-Brasil, em casos de impressão o sistema deverá gerar uma chave eletrônica de autenticidade, permitindo assim que o documento possa ser validado posteriormente por site específico do próprio sistema; |
| 112 | O sistema deverá possuir na tela da consulta médica recursos de emissão de pedido de exames médicos, permitindo que o médico possa indicar quais exames o paciente deverá realizar, podendo ser exames de imagens ou clínicos; |
| 113 | O sistema deverá possuir na tela da consulta médica recursos para anexar imagens, podendo inclusive determinar se a imagem é sigilosa ou pública para o prontuário, deverá permitir anexar arquivos no formato JPG e PDF; |
| 114 | O sistema deverá possuir na tela da consulta médica recursos de registrar lembretes para o médico, permite ainda a emissão de recomendações médicas; |
| 115 | O sistema deverá possuir na tela da consulta médica recurso de deixar o atendimento sigiloso, permitindo apenas o próprio médico visualizar os dados; |
| 116 | O sistema deve, se for o caso, de cid relacionado com agravo e notificação, emitir para o sisvan; |
| 117 | O sistema deve imprimir a ficha Sinan, de investigação de surto – DTA |
| 118 | O sistema deverá imprimir a ficha de atendimento e comprovante de comparecimento na lista de atendimento da terapia (TERAPIA); |
| 119 | O sistema deverá possuir recurso de liberar o paciente ao final do atendimento ou enviar para outro profissional; |
| 120 | Na tela de atendimento deve ser possível criar um aviso, no qual o mesmo deve ser “disparado” no painel de chamada; |
| 121 | O sistema deverá possuir um modulo para os atendimentos de terapia. Deve possuir uma lista de espera, lista de pessoas em tratamento e no mesmo modulo ser possível registrar os atendimentos do RAAS-PSI. |
| | Módulo de Atendimento Hospitalar (integrado) |
| 122 | O sistema deverá possuir módulo de atendimento com a possibilidade de imprimir as fichas de atendimento ambulatorial; |
| 123 | O sistema deverá possuir rotina no início do atendimento que possibilite registro online na recepção, com possibilidade de localizar o paciente através de mecanismo de buscar nos dados nacional do SUS, CADSUS, e sequencialmente o paciente ser encaminhado via Sistema para abrir o atendimento a enfermagem que por sua vez poderá fazer os procedimentos como escuta inicial e classificação de risco ou outro procedimento necessários para o automático encaminhamento ao médico para início do seu atendimento; |
| 124 | O sistema deverá possuir módulo de internação, permitindo o controle dos leitos bem como o status do mesmo, deverá ainda permitir a prescrição e a evolução do paciente por descrição dos médicos e enfermagem; |
| 125 | O sistema deverá possuir módulo de observação, deverá ainda permitir prescrição e a evolução do paciente; |
| 126 | O sistema deverá possuir módulo para registrar e imprimir APAC; |
| 127 | O sistema deverá possibilitar registro dos procedimentos e evoluções dos |



| | |
|--|---|
| | multiprofissionais; |
| 128 | O sistema deverá possuir módulo de dispensação de medicamentos de acordo com a prescrição médica, registrando direto no Prontuário do paciente e integrado com a farmácia para regulação de estoques; |
| 129 | O sistema deverá permitir a impressão de todos os documentos necessários para realizar a internação médica; |
| 130 | O sistema deverá imprimir etiquetas para identificação de pacientes na dispensação de medicamentos prescritos pelo sistema, tanto para pacientes em observação quanto para os internados; |
| 131 | O sistema deverá permitir a gestão do faturamento da AIH; |
| 132 | O sistema deverá gerar gráfico com total de atendimento por mês, por hora, por convenio e por clínica; |
| 133 | O sistema deverá possuir rotina que quanto solicitado pelo médico exames e imagens, este automaticamente já aparecer para o laboratório os pedidos e para o setor de imagens as solicitações. |
| 134 | O sistema deverá possuir rotina que a enfermagem terá opção de fazer procedimentos, checagem de medicamentos, dando baixa no estoque quando feito |
| 135 | O sistema deverá possuir rotina de chamada ao paciente em “painel de chamado automatizado” em monitores instalados nas recepções; |
| 136 | O sistema deverá ter rotina de agendamento do Centro Cirúrgico por salas de cirurgias (podendo reservar e/ou bloqueando a devida sala por horas e/ou dias), podendo registrar/agendar data de previsão da cirurgia, hora início e hora final previsto, e conclusão efetiva, registrando o nome do paciente, tipo da cirurgia, médico cirurgião responsável e procedimentos. Podendo também complementar o registro da cirurgia incluindo, anestesistas, outros cirurgiões envolvidos, auxiliares, instrumentadores, medicamentos utilizados, equipamentos, prótese, optando por se será necessário sangue e qual tipo, e reserva de leito. Também deverá ser possível registrar pós cirurgia o status dela, se realizada, se cancelada, e se ouve intercorrência, todos com as devidas justificativas, estas informações deverão ser possíveis a visualização em tela editável. |
| Transporte de Passageiros para Tratamento Fora de Domicílio | |
| 137 | Permitir o cadastro de tipos de atendimentos TFD; |
| 138 | Permitir o cadastro dos meios de transportes para TFD; |
| 139 | Permitir o cadastro de documentações; |
| 140 | Permitir o cadastro de locais de destino dos atendimentos; |
| 141 | Permitir o registro de atendimentos TFD selecionando o paciente, datas de viagem e atendimento, tipo de atendimento, transporte e destino; |
| 142 | Permitir registrar os documentos entregues no atendimento; |
| 143 | O sistema deverá possuir módulo de cadastro de pessoas que necessitam de transporte para deslocamento a outros estabelecimentos referenciados; |
| 144 | O sistema deverá permitir o cadastro dos veículos, quantidade de assentos disponíveis, cadastro dos motoristas, cadastros dos acessórios auxiliares, locais |



| | |
|---|---|
| | de destino, locais de embarque e tipo de convênio; |
| 145 | O sistema deverá permitir a criação da agenda de todas as viagens, informado quem são dos passageiros e acompanhantes, se vão e voltam, se só vão, se só voltam, se necessita de acessório auxiliar, qual o local do destino, qual procedimento será realizado, qual local, data, hora será o embarque, qual veículo será destinado, qual motorista, deverá ainda possuir controle de confirmação de viagem, permitindo registrar a ausência com justificativa quando houver; |
| 146 | O sistema deverá permitir o bloqueio automático de pacientes para o veículo que tenha todos os assentos utilizados, permitindo inclusive computar os acompanhantes; |
| 147 | O sistema deverá emitir o mapa de viagem, neste mapa deve contar todos os dados necessários para a viagem, deverá ainda constar os locais de destino para coleta de assinatura quando houver necessidade; |
| 148 | O sistema deverá ainda controlar os valores do custo de diária com os motoristas; |
| 149 | O sistema deverá possibilitar criar uma escala para os motoristas; |
| 150 | O sistema deverá possuir um cadastro de grupo de pessoas, a onde deve ser possível agendar o grupo inteiro de uma só vez na viagem; |
| 151 | O sistema deverá possuir tela de lançamento de gasto com manutenção de veículos, multas e demais despesas necessárias para prestação de contas; |
| Módulo de Atendimento a Vigilância Sanitária | |
| 152 | O sistema deverá permitir o cadastramento dos estabelecimentos e as atividades econômicas do mesmo. Para isso deverá ser utilizada a tabela do CNAE; |
| 153 | O sistema deverá permitir cadastramento de Autos e Termo de inspeção ou notificação ou infração ou apreensão ou interdição e outros, podendo ainda descrever de forma detalhada em campo próprio, descrição, Embasamento Legal, com possibilidade de criar modelos pré-emitados (prontos); |
| 154 | O sistema deverá permitir o cadastro e emissão de alvará de funcionamento, constando a data da emissão, data do vencimento, número do cadastro, ano, nome e CPF do responsável legal, horário de funcionamento do estabelecimento, podendo ainda emitir alvará provisório; |
| 155 | O sistema deverá permitir cadastrar alvará de vínculos, com dados da placa, modelo e cor; |
| 156 | O sistema deverá permitir o cadastro de animais, como a espécie, raça, cor da pelagem etc.; |
| 157 | O sistema deverá permitir o controle da zoonose, anexando a foto do animal, resultado do exame entre outras imagens; |
| 158 | O sistema deve controlar as vacinas aplicadas, castração e dados da saúde do animal; |
| 159 | No controle da zoonose registrar se o dono do animal optou por tratamento em casa onde sistema deve gerenciar os animais que estão em tratamento e possibilitar o registro das visitas ao domicílio; |
| 160 | Possibilitar emitir a ficha de cadastro do animal; |
| 161 | Possibilitar emitir o termo de responsabilidade caso dono opte por tratar o animal em casa; |



| | |
|--|--|
| 162 | Possibilitar emitir o termo de consentimento de eutanásia, termo de realização de eutanásia do animal; |
| 163 | Possibilitar emitir o termo de Óbito do animal; |
| 164 | O sistema deverá possuir página própria para que o cidadão possa abrir denúncias de forma identificada ou anônima, permitindo ainda que o gestor possa acompanhar cada denúncia até seu desfecho completo; |
| 165 | O sistema deverá possuir página própria para que o cidadão possa solicitar serviços como alvará, vistoria e etc; |
| 166 | Permitir cadastrar os processos de notificação, interdição, pedido de inscrição e etc no sistema; |
| 167 | Permitir cadastrar o andamento desses processos bem como os documentos faltantes; |
| Módulo de Vigilância Epidemiológica | |
| 168 | O sistema deverá possuir cadastro de doenças e agravos; |
| 169 | O sistema deverá permitir o cadastramento de áreas e microáreas do município; |
| 170 | O sistema deverá permitir o cadastramento das notificações epidemiológicas |
| 171 | O sistema deverá permitir o controle da mortalidade dos pacientes; |
| 172 | O sistema deverá permitir o cadastro e controle do livro de declaração de óbito; |
| 173 | O sistema deverá permitir o cadastro de nascidos vivos; |
| 174 | Deve ser possível visualizar o georreferenciamento de doenças no mapa do município; |
| Módulo de Laboratório | |
| 175 | O sistema deverá possuir tela de recepção permitindo o cadastro de pedidos de exames, informado o médico solicitante, estabelecimento solicitante, exame solicitado, controle de data/hora do pedido e da coleta do material, deverá ainda visualizar a data da liberação do resultado; |
| 176 | O sistema deverá permitir o registro das coletas, permitindo o controle dos que não estão coletados, permitindo ainda a coleta caso necessário; |
| 177 | O sistema deverá permitir o agendamento dos exames por outros estabelecimentos de saúde, o sistema deverá permitir a parametrização da agenda com a liberação de cotas por estabelecimento e dia da semana, deverá possibilitar limitar por dia a quantidade de exames ou pacientes, permitindo ainda o controle ou bloqueio de datas na agenda a critério da administração; |
| 178 | As unidades solicitantes poderão em tela acompanhar o resultado do exame, visualizando o status da liberação, coleta e imprimir o resultado; |
| 179 | O sistema deverá permitir o cadastramento do valor referencial do resultado do exame por faixa etária ou sexo; |
| 180 | O sistema deverá possibilitar o cadastro de materiais, métodos, unidade de medida; |
| 181 | O sistema deverá permitir o bloqueio de pedido de exame pelo administrador do laboratório, evitando que exames que não podem ser realizados possam ser solicitados; |
| 182 | O sistema deverá permitir que o administrador do laboratório possa realizar o |



| | |
|-----|---|
| | bloqueio de um determinado dia na agenda, impedido o agendamento de pacientes naquele dia; |
| 183 | O sistema deverá permitir o registro da ausência do paciente no dia agendado para a coleta, permitindo ainda informar o motivo caso houver; |
| 184 | O sistema deverá permitir o reagendamento dos pacientes de uma data para outra de uma só vez; |
| 185 | O sistema deverá permitir a parametrização de quantidade de dias para o pedido do mesmo exame, alertando o operador quando o mesmo exame foi solicitado dentro do período parametrizado, evitando em casos a duplicidade de pedidos; |
| 186 | O sistema deverá permitir o cadastramento da assinatura virtual do profissional bioquímico, permitindo ainda que cada exame emitido possa constar sua assinatura ao final de cada folha, bem como uma chave eletrônica de autenticidade, permitindo assim que o documento possa ser validado posteriormente por site específico do próprio sistema; |
| 187 | O sistema deverá permitir a impressão de todos os exames de uma única vez, ou podendo a critério do operador escolher quais devem ser impressos; |
| 188 | O sistema deverá permitir que o administrador do laboratório possa definir o ordenamento da impressão dos exames, com a possibilidade de também ordenar os seus atributos, permitindo a critério personalizar ou padronizar as informações; |
| 189 | O sistema deverá permitir a criação de grupos de resultados de exames, permitindo a personalização dos valores de resultados para um determinado atributo, evitando assim a necessidade de digitação do resultado, deverá ainda possibilitar a configuração do campo do atributo qual tipo de entrada de dados lhe é permitida, sendo texto livre, valor numérico, valor calculado, valor fixo, valor do grupo de resultados; |
| 190 | O sistema deverá permitir o cadastramento de orientação de coleta para cada tipo de exame, permitindo na hora da impressão do protocolo ser apresentado as orientações para o paciente; |
| 191 | O sistema deverá permitir através do uso de chave eletrônica e site específico do sistema que o paciente possa acompanhar a liberação do resultado, com a possibilidade de imprimir os exames; |
| 192 | O sistema deverá permitir a impressão de etiquetas para controle dos tubos de ensaio; |
| 193 | O sistema deverá permitir a impressão de etiquetas do laboratório pela de Agendamento; |
| 194 | O sistema deverá permitir a configuração das bancadas e a impressão dos mapas de trabalho; |
| 195 | O sistema deverá faturar todos os procedimentos de todos os exames de forma automática, sem a necessidade de digitação da produção futuramente; |
| 196 | Deve ser possível em um único exame faturar mais de um procedimento; |
| 197 | No caso de laboratórios terceiros, o sistema deverá possibilitar cadastro dos laboratórios, bem como exames licitados e suas quantidades; |
| 198 | O sistema deverá permitir laboratórios de terceiros anexar exames para constar no prontuário eletrônico e controlar saldo licitado; |



| | |
|---|---|
| 199 | O sistema deverá possibilitar auditar os exames anexados pelos laboratórios terceirizados, ou seja, verificar se os exames cobrados pelo laboratório está anexado ao sistema; |
| 200 | O sistema deverá permitir a parametrização de valores mínimos e máximos para cada atributo de exames, permitindo ainda que ao digitar os valores considerados fora da faixa possam ser validados por uma segunda senha de segurança do bioquímico; |
| 201 | O sistema deverá permitir a critério da administração do laboratório que os exames possam ser liberados através de senha do bioquímico, a liberação deve ser realizada através da senha do bioquímico para cada exame que lhe foi atribuído, sem a necessidade dele logar no sistema; |
| 202 | O sistema deverá a critério da administração enviar torpedo de sms para o paciente informando os seguintes eventos: envio de protocolo e chave eletrônica para exames solicitados, envio de dados do agendamento, data, hora e local para a coleta do material; |
| 203 | O sistema deverá possuir painel de chamada para funcionamento na recepção, ao chamar o sistema deverá apresentar o nome do paciente, realizar o chamamento com voz sintetizada, e indicar qual sala o paciente deve se deslocar, o painel também deve suportar o cadastro de vídeos institucionais, que deverão ser executados em sequência interrupta; |
| Portal da Transparência da Saúde | |
| 204 | Sistema deverá proporcionar uma página de acesso público onde o cidadão poderá verificar dados da saúde. A página deve demonstrar média de atendimentos da farmácia, laboratório, atenção básica, hospital, transporte e especialidade; |
| 205 | Página deve conter gráfico/lista de medicamentos mais dispensados, total de medicamentos por mês, exames mais realizados, total de exame por mês, total de atendimento por mês na atenção básica podendo ser demonstrado por se tem (SIM ou NÃO) por quantidade zerado ou quantidade positivo (podendo ser configurável estas demonstrações a critério do município por estoque e estabelecimentos), especializada e hospital, bem como demonstrar em lista (por quantidade) o estoque de medicamentos atual em tempo real. |
| 206 | Deve ser possível o gestor bloquear o acesso público quando achar necessário; |
| 207 | Demonstrar por consulta as unidades de saúde e os profissionais que a compõem; |
| 208 | Demonstrar via gráficos os laboratórios de terceiros; |
| 209 | Demonstrar em mapa a localização dos estabelecimentos; |
| Relatórios básicos dos módulos | |
| 210 | O Sistema deverá fornecer diversos relatórios gerencias e gráficos, de controles, de atendimentos diversos (Hospitalar e Especialidades), de atividades, de rotinas, de internações, de faturamentos, de acompanhamentos, de movimentações de estoque, de resultado de exames, de consumo médio de medicamentos e movimentações, de notificações de agravos. Filtrando por Profissionais, períodos, procedimentos, etc. Devendo obrigatoriamente estes relatórios serem demonstrados e referenciados |



conforme cada um dos módulos acima descritos como obrigatórios conforme Itens **9. e 10.** das especificações obrigatórias e funcionalidades.

7.5. DO CRITERIO DE AVALIAÇÃO

Quadro de demonstração dos requisitos técnicos, obrigatoriedade de atender **95%** dos itens relacionados abaixo:

Da forma da apuração final

| | | |
|---------------------------------------|-----|------|
| Quantidade de itens julgados (Q.I.J) | 210 | 100% |
| Quantidade de itens atendidos (Q.I.A) | | |
| Quantidade de itens não atendidos | | |

Fórmula de julgamento

$(Q.I.A./Q.I.J.) * 100 =$ (o valor deve ser maior ou igual a 95%)

Será lavrado laudo de análise da demonstração de apresentação dos softwares emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, atestando se os softwares apresentados atendem ou não os requisitos solicitados no presente Edital.

Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital o licitante será adjudicado ao objeto do certame, os itens que não foram apresentados, deverão ser implementados no software no período de 60 dias.

Caso a Comissão Especial de Avaliação não declare aprovado o software apresentado pela empresa declarada provisoriamente vencedora, em razão do não atendimento aos requisitos mínimos estabelecidos neste edital, será convocada a segunda licitante com o menor preço e que preencha os requisitos de habilitação, a fim de que proceda à apresentação do software para que sejam da mesma forma analisados os requisitos desejáveis, até que se tenha definitivamente a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, segundo os preceitos estabelecidos neste edital e Termo de referência que o compõe.

Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital o licitante será adjudicado ao objeto do certame como vencedor.

8. IMPLANTAÇÃO DO E-SUS PEC E TODAS SUAS FUNCIONALIDADES

A licitante deverá prestar serviços de implantação, manutenção e capacitação no E-SUS PEC, aplicativo e-SUS APS AB Território, aplicativo e-SUS AB Atividade Coletiva, Aplicativo Gestão e-SUS APS em toda a rede de Atenção Primária à Saúde do Município.

8.1. PROCESSO DE TRABALHO A SER REALIZADO

I. Instalar configurar o E-SUS PEC e seus aplicativos têm toda a rede da APS, usando servidor em cloud sob sua responsabilidade técnica e financeira, observando e atualizando (versões / release) o referido software conforme orientação do Ministério da Saúde do Brasil, bem como mantendo-o no ar (em funcionamento) 24hs por dia (7 x 24). Este trabalho deverá ser realizado conforme orientações publicadas pelo MS através de manuais, portarias, publicações, etc., a fim de ficar de acordo com o que preconiza o MS.

II. Capacitar todos os profissionais da APS quanto ao registro dos atendimentos e procedimentos no E-SUS PEC de forma presencial junto aos profissionais da APS. Tanto em



grupo quanto individual;

III. Capacitar todos os profissionais ACS e ACE quanto ao uso do aplicativo e-SUS APS AB Território no registro de visita domiciliar, no cadastramento de domicílio, família e cidadão, e na atualização constante da população e domicílios. Tanto em grupo quanto individual;

IV. As capacitações, treinamentos, retreinamentos mencionados nos itens II e III acima não deverão ser cobrados financeiramente como adicional e deverá ser realizados sempre que a Gestão Municipal através da Secretaria Municipal de Saúde achar necessário, sendo este serviços ser realizado nas Unidades de Saúde indicadas, durante a vigência do contrato e deverá ser realizado conforme orientações publicadas pelo MS através de manuais, portarias, publicações, etc., a fim de ficar de acordo com o que preconiza o MS.

V. Criação do login e senha de todos os profissionais da APS que teriam acesso ao E-SUS PEC, e-SUS APS Território, **e-SUS** AB AC, e-SUS Vacinação, Gestão e-SUS APS;

VI. Reorganizar casso necessário as microáreas dos agentes comunitários de saúde para colocar sequencial por unidade básica de saúde no CNES;

VII. Atualizar o arquivo XML do CNEs e realizar conferência junto aos profissionais em atividade;

VIII. Realizar o monitoramento no SISAB da validação de fichas repassando em relatórios mensalmente a situação apontada, e as correções necessárias;

IX. Reunião mensal presencial com as coordenações da APS e SB com intuito de avaliar o processo de trabalho de monitoramento e acompanhamento dos Indicadores de Saúde da APS.

9. QUADRO – TABELA DE SERVIÇOS/VALORES

Serviços/Valores Médios

| LOTE ÚNICO | DESCRIÇÃO | UNID | QTDE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------------|---|---------------|------|----------------|---------------|
| Item 1 | Serviço de implantação, configurações, conversão de dados e treinamento técnico em toda a rede de Saúde do município e suas unidades indicadas, pelas diversas categoria de profissionais que compõem nas Rede de Atenção Primária, Medias e Altas Complexidades, em conformidade com os módulos especificados para aquisição e objeto deste Termo. | Parcela única | 1 | R\$3.733,00 | R\$3.733,00 |
| Item 2 | Serviço especializada para licenciamento mensal de software de Gestão da Saúde pública, na Rede de Atenção Primária, Média e Alta Complexidade, integrando com a Atenção Básica em Saúde – | Mensal | 12 | R\$9.166,66 | R\$109.999,92 |



| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|
| | APS de modo que o prontuário dos atendimentos do E-SUS PEC seja compartilhado com os outros pontos da Atenção em Saúde, em conformidade com os módulos especificados para aquisição e objeto deste Termo | | | | |
|--|--|--|--|--|--|

- A implantação será paga somente uma vez, na primeira implantação do sistema na rede do Município, independente de inclusão futura de novas unidades básicas.
- Caso seja necessária inclusão de novas unidades, a empresa deverá disponibilizar acesso e implantar o sistema na referida unidade sem qualquer custo, visto que a qualquer momento.

10. REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA: (FACULTATIVA E NÃO OBRIGATÓRIA)

Os interessados deverão procurar a Secretaria Municipal de Saúde do Município, por intermédio da **equipe técnica**, situado no endereço: **Manoel Luiz Brandão, nº 300, Centro**, neste Município, em dia de expediente, no horário compreendido entre das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, exceto feriados, para agendamento da visita técnica, podendo também fazer o referido agendamento através do e-mail: secsaudebfs@yahoo.com.br, a fim de constatar as condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto licitado, sobretudo, das dificuldades de ordem técnica à sua execução, a fim de avaliar a situação legal e tecnológica atual, das localidades, quantidades e Infraestrutura das Unidades de Saúde Municipal onde estará sendo implantado o referido sistema.

O agendamento da visita técnica deverá ser realizado previamente, com no mínimo 48h (quarenta e oito) horas de antecedência, à data designada para o certame licitatório.

Para cumprimento da visita técnica, o representante da empresa interessada, preferencialmente, por intermédio de integrante do seu quadro de Responsáveis Técnicos, deverá apresentar-se munido de documento oficial de identificação pessoal, assim como, declaração e/ou equivalente, indicando-o ou autorizando-o a representá-la perante a visita.

A empresa interessada tem o direito à visita técnica de forma prévia, de caráter facultativo e não-obrigatório, porém, deverá decidir se arcará com o ônus de tal operação, ou, assumirá o risco de uma avaliação menos acurada para elaboração de sua proposta, ficando entendido, que correrão por sua conta e risco quaisquer despesas necessárias à realização da presente visita.

A empresa interessada que optar pela não-realização da visita técnica, casual de sua participação na presente licitação, deverá apresentar, **declaração expressa da abstenção de realizá-la**, firmando completa aceitação do objeto licitado, na conformidade do Edital e seus anexos.

A empresa interessada que decidir pela não-realização da visita técnica, e, eventualmente subestimar sua proposta, estará incorrendo em risco típico do seu negócio, não podendo futuramente opô-lo contra a Administração, para eximir-se de qualquer obrigação assumida, caso venha a ser vencedora no presente certame, ou mesmo, para qualquer pretensão em rever os termos do instrumento contratual que advir, ressalvados aqueles de direito, na forma da Lei.



I. a não-realização da visita técnica, acarretará tácita aceitação de todas as condições e adversidades que possam existir para o cumprimento do objeto licitado, sem qualquer ônus adicional à Administração;

II. o não-comparecimento para a realização da referida visita técnica, indicará, que a interessada tem total conhecimento de todas as condições necessárias para o fiel cumprimento das obrigações a serem assumidas, caso venha a ser vencedora;

A mera realização da visita técnica, não se consubstancia em condição única e suficiente para a participação na licitação, ficando as interessadas cientes desde já que, deverão cumprir integralmente todas as exigências editalícias e, após apresentação de propostas, não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com suas obrigações, face ao desconhecimento do objeto licitado e de dificuldades técnicas não previstas anteriormente, caso venha a ser vencedora.

Após a efetivação da visita, será fornecido o “**Atestado de visita técnica**”, emitido sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio da **equipe técnica**, declarando que a interessada tomou conhecimento de todas as informações necessárias e que tem pleno conhecimento das condições, para o cumprimento das obrigações ao objeto da presente licitação.

Quaisquer dúvidas de ordem técnica, assim como, aquelas que surgirem no decorrer da visita técnica, e que, não puderem ser prontamente sanadas ou esclarecidas, deverão ser solicitadas por escrito à Secretaria Municipal de Saúde.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada deverá atender integralmente o objeto deste termo de referência.

Manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na lei de licitações.

É de responsabilidade da contratada todas as despesas com salários e encargos sociais da sua equipe técnica.

É de responsabilidade da contratada todas as despesas com deslocamentos, passagens, diárias, transportes, estadias, alimentação e as que se fizerem necessárias para a boa execução dos serviços.

É de responsabilidade da contratada todo o procedimento de implantação, migração e treinamento dos usuários do sistema.

A contratada deverá manter sigilo de todas as informações a que tiver acesso, sendo vedada o fornecimento de qualquer informação a órgão público ou privado sem a autorização prévia da contratante.

É de responsabilidade da contratada oferecer todo o suporte técnico necessário para atendimento do objeto deste termo de referência.

É de responsabilidade da contratada prestar os serviços de manutenção corretiva na ocorrência de falhas, panes e quaisquer outros defeitos dos sistemas objetos deste termo de referência.

A contratada deverá atualizar todos os sistemas sempre que necessário, em consonância com as alterações na legislação.

A contratada deverá cumprir todos os prazos previstos neste termo de referência, não podendo alegar desconhecimento, sob pena de sofrer as sanções previstas em lei.

A contratada deverá demonstrar os sistemas sempre que solicitado pela contratante para



novos servidores que vierem a fazer parte do quadro da contratante.

Todas as informações inseridas nos sistemas deverão ser armazenadas em computadores-servidores parametrizado, sob responsabilidade da contratada, sendo que a contratada será responsável em entregar e instalar todos os softwares, dispositivos, *plugins e etc*, sempre que necessário, para o perfeito funcionamento do sistema e serviços. Caso de perda de dados a contratada se responsabiliza em fornecer os laudos ora emitidos que se encontram arquivados em seus sistemas de gestão, fornecendo backups, lembrando que os backups das imagens ficam armazenados nos equipamentos da contratante.

A contratada deverá entregar após encerramento do contrato o backup contendo todas as informações armazenadas nos sistemas para a contratante em arquivo eletrônico usual de mercado a época da entrega.

A contratante (Município) se responsabiliza em montar a infraestrutura do local de prestação dos serviços, devendo adequar os espaços destinados à prestação dos serviços incluindo o fornecimento de todo o material e equipamento necessário à perfeita execução do serviço de responsabilidade da contratada.

A Contratante responsabiliza a Contratada exclusiva e integralmente pelo pessoal utilizado na execução dos serviços incluindo os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Contratante, utilizando profissionais em número suficiente para execução ininterrupta dos serviços contratados.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Oferecer a contratada todas as informações necessárias para a instalação, implantação e funcionamento dos sistemas e serviços.

Proporcionar a contratada todas as condições necessárias para instalação, implementação da contratada, funcionamento regular do sistema, bem como todo a infraestrutura de informática, internet (conectividade) adequadas as necessidades do sistema e serviços, para o perfeito funcionamento regular nas diversas unidades de atendimentos da Secretaria Municipal de Saúde.

Efetuar os pagamentos à contratada mediante apresentação de nota fiscal atestada e documentação de habilitação válida, no **prazo de até 15 dias (quinze) dias** corridos do mês posterior, a contar da data do atesto da Nota Fiscal protocolada.

Notificar por escrito sempre que necessário a contratada para que tome as providencias necessárias para o bom atendimento do objeto deste termo de referência.

Designar fiscal para acompanhar a execução do objeto deste termo de referência;

13. A GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Em atendimento ao Art. nº 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 fica indicado para exercer a função de Fiscal do Contrato, a senhora **NILVÉSIA APARECIDA LUIZ BRANDÃO** (Secretária Municipal de saúde), CPF nº 054.918.986-60 RG nº MG-11966637 SSP/MG, nas prerrogativas estabelecidas nos § 1º, 2º, 3º do Artigo e referida Lei Federal.

14. DO PRAZO DA CONTRATAÇÃO

O prazo de contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento da

Ordem de Serviço, podendo ser renovado observando-se o limite de **5 (cinco)** anos previsto no Art. 106, da Lei Federal nº 14.133/2021.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Constituem-se direitos e prerrogativas da CONTRATANTE, além daqueles previstos em outros ajustes legais, em particular, aqueles previstos nas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, que a CONTRATADA, aceita de inteiro teor e a eles se submete.

A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das disposições ajustadas ou em exercer prerrogativa delas decorrente, não constituirá novação ou renúncia, nem lhes afetará o direito de, a qualquer tempo, exigirem o fiel cumprimento do avençado.

O ajuste da presente contratação poderá ser denunciado após decorridos 30 (trinta) dias de sua vigência e, em consequência dos fatos contrários à lei ou à ordem pública, suscetível de punição, encerrado unilateralmente pela CONTRATANTE, garantido o contraditório e a ampla defesa, na forma da Lei.

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE e, regular-se-ão pelos preceitos de Direito Público, aplicando-lhes supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de Direito Privado, na forma Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, assim como, a legislação subsidiariamente aplicada, no que couber, das disposições da Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Poderá haver ainda, pena a CONTRATANTE de:

- a) Advertência quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas no contrato, ou ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;
- b) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelo prazo estabelecido Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

Todas as sanções poderão, a critério da Prefeitura Municipal/Secretarias Municipal de Saúde, tramitar nos autos que correm o procedimento licitatório.

Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à(s) Contratada(s) o contraditório e a ampla defesa.

Bonfinópolis de Minas/MG, 03 de fevereiro de 2025.

NILVÉSIA AP. LUIZ BRANDÃO
Secretária Municipal de Saúde



ANEXO IX MINUTA DO CONTRATO

Por este instrumento que entre si fazem, de um lado, **O MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS DE MINAS**, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Argemiro Barbosa da Silva, nº 870, Centro, Bonfinópolis de Minas - Minas Gerais, CEP. 38.650-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.125.138/0001-82, neste ato representado pelo seu atual Prefeito, SR. **MANOEL DA COSTA LIMA**, brasileiro, agente político, portador da RG nº XXXXXX e CPF nº XXXXXXX, residente e domiciliado nesta cidade de Bonfinópolis de Minas- Minas Gerais, CEP. 38.650-000, doravante denominado **CONTRATANTE**, do outro lado XXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP XX.XXX-XXX neste ato representado XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, resolvem firmar o presente CONTRATO de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para licenciamento de software de Gestão da Saúde pública, na Média e Alta Complexidade, integrando com a Atenção Básica em Saúde – APS de modo que o prontuário dos atendimentos do E-SUS PEC seja compartilhado com os outros pontos da Atenção em Saúde. Serviço de suporte/treinamento no Sistema Prontuário Eletrônico do Cidadão – E-SUS PEC do Ministério da Saúde e seus aplicativos e-SUS-AB-Território, E-SUS-AC Atividade Coletiva, Gestão e-SUS APS em toda a rede de Atenção Primária à Saúde, pelas diversas categoria de profissionais que compõem a APS e com o registro e o envio adequado das informações para o Ministério da Saúde. Estas ferramentas (sistemas) deverão estar integradas afim de gerar Prontuário Único do cidadão no município, e que contemple a implantação, treinamento e suporte técnico especializado, bem como o fornecimento de hospedagem em Servidor Cloud, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data do recebimento da Ordem de Serviço, podendo ser renovado observando-se o limite de **5 (cinco)** anos previsto no Art. 106, da Lei Federal nº 14.133/2021.



2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não É permitida a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....),

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do índice _____ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante



pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. A contratada deverá atender integralmente o objeto do contrato, conforme as especificações contidas no termo de referência.

8.2. Manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na lei de licitações.

8.3. É de responsabilidade da contratada todas as despesas com salários e encargos sociais da sua equipe técnica.

8.4. É de responsabilidade da contratada todas as despesas com deslocamentos, passagens, diárias, transportes, estadias, alimentação e as que se fizerem necessárias para a boa execução dos serviços.

8.5. É de responsabilidade da contratada todo o procedimento de implantação, migração e treinamento dos usuários do sistema.

8.6. A contratada deverá manter sigilo de todas as informações a que tiver acesso, sendo vedada o fornecimento de qualquer informação a órgão público ou privado sem a autorização prévia da contratante.

8.7. É de responsabilidade da contratada oferecer todo o suporte técnico necessário para atendimento do objeto deste termo de referência.

8.8. É de responsabilidade da contratada prestar os serviços de manutenção corretiva na ocorrência de falhas, panes e quaisquer outros defeitos dos sistemas objetos deste termo de referência.

8.9. A contratada deverá atualizar todos os sistemas sempre que necessário, em consonância com as alterações na legislação.

8.10. A contratada deverá cumprir todos os prazos previstos neste termo de referência, não

podendo alegar desconhecimento, sob pena de sofrer as sanções previstas em lei.

8.11. A contratada deverá demonstrar os sistemas sempre que solicitado pela contratante para novos servidores que vierem a fazer parte do quadro da contratante.

8.12. Todas as informações inseridas nos sistemas deverão ser armazenadas em computadores-servidores parametrizado, sob responsabilidade da contratada, sendo que a contratada será responsável em entregar e instalar todos os softwares, dispositivos, *plugins* e *etc*, sempre que necessário, para o perfeito funcionamento do sistema e serviços.

8.13. Caso de perda de dados a contratada se responsabiliza em fornecer os laudos ora emitidos que se encontram arquivados em seus sistemas de gestão, fornecendo backups, lembrando que os backups das imagens ficam armazenados nos equipamentos da contratante.

8.14. A contratada deverá entregar após encerramento do contrato o backup contendo todas as informações armazenadas nos sistemas para a contratante em arquivo eletrônico usual de mercado a época da entrega.

8.15. A contratante (Município) se responsabiliza em montar a infraestrutura do local de prestação dos serviços, devendo adequar os espaços destinados à prestação dos serviços incluindo o fornecimento de todo o material e equipamento necessário à perfeita execução do serviço de responsabilidade da contratada.

8.16. A Contratante responsabiliza a Contratada exclusiva e integralmente pelo pessoal utilizado na execução dos serviços incluindo os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Contratante, utilizando profissionais em número suficiente para execução ininterrupta dos serviços contratados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. Oferecer a contratada todas as informações necessárias para a instalação, implantação e funcionamento dos sistemas e serviços.

9.2. Proporcionar a contratada todas as condições necessárias para instalação, implementação da contratada, funcionamento regular do sistema, bem como todo a infraestrutura de informática, internet (conectividade) adequadas as necessidades do sistema e serviços, para o perfeito funcionamento regular nas diversas unidades de atendimentos da Secretaria Municipal de Saúde.

9.3. Efetuar os pagamentos à contratada mediante apresentação de nota fiscal atestada e documentação de habilitação válida, no **prazo de até 15 dias (quinze) dias** corridos do mês posterior, a contar da data do atesto da Nota Fiscal protocolada.

9.4. Notificar por escrito sempre que necessário a contratada para que tome as providencias necessárias para o bom atendimento do objeto deste termo de referência.



Designar fiscal para acompanhar a execução do objeto deste termo de referência;

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

10.1. Deverá oferecer segurança à informação, necessária para aplicações de sua natureza, de modo a garantir os princípios básicos de confidencialidade, integridade e disponibilidade, utilizando-se para tanto dos recursos mais modernos de tecnologia.

10.2. O acesso de usuários deverá ser controlado pela informação de *login* e senha, associado a um “**cadastro único**”, fazendo-se a restrição de operações para segurança, com base em perfis de acesso distintos para diferentes usuários, possibilitando que, para um mesmo usuário, possa ser associado vários perfis de acesso, com efeito cumulativo de autorizações, possibilitando este ter acesso a um ou mais sistemas.

10.3. Deverá ser possível o controle de acesso, através de perfis ou individual, com senhas criptografadas e não-visíveis aos administradores. No cadastro do usuário deverá ser obrigatório o uso de CPF, por meio do qual, não deve ser permitida a duplicidade de registros.

10.4. Deverá ser possível determinar as permissões de usuários através de telas do próprio sistema, para usuários com privilégios de administradores (corporativos), possibilitando copiar os privilégios de acesso de um usuário para outro, ou ainda, equiparação de tipos de perfis, caso necessário.

10.5. De forma parametrizável, deverá possuir regras de composição e de tamanho mínimo de senhas (conceito de senha forte), como também, possuir funcionalidades de expiração de senha, bloqueio de acesso por número limite de tentativas de acesso.

10.6. Deverá possibilitar a restrição de recursos operacionais a usuários, conforme seus perfis. O Perfil definirá quais informações o usuário poderá ter acesso e que tipo de transação poderá executar (inclusão, edição, exclusão, leitura, impressão, etc.).

10.7. Deverá permitir a inativação e reativação de usuários, de modo imediato, via interface do sistema, mediante parametrização de dias sem utilização e/ou durante afastamentos indicados.

10.8. Deverá permitir acesso ilimitado de usuários simultâneos, em qualquer tela do sistema, sem necessidade de aquisição de novas licenças, de qualquer um dos sistemas e/ou módulos utilizados pela solução proposta.

10.9. Deverá permitir o resguardo do histórico de transações para registro de auditoria (log), contemplando o armazenamento de identificação do usuário, momento (data, hora, minuto), operação executada (inclusão, alteração, exclusão) e o conteúdo dos dados. Deverá ser possível consultar ou emitir relatório destes registros. Os recursos e informações de registros de auditoria (*log*) da solução ofertada, deverão estar protegidos contra falsificação e acesso não-autorizado, devendo apresentar tela própria (nativa do Sistema) para consulta das operações auditadas, sendo totalmente proibido qualquer tipo de acesso para demonstração



se log's e outras visões direto no banco de dados do Sistema.

10.10. Deverá possuir controle de contingência com medidas alternativas, em caso de falhas e/ou problemas técnicos – qualquer que sejam os serviços afetados, de modo que ao retorno do pleno funcionamento do sistema, não haja perda de dados, nem prejuízos aos procedimentos.

10.11. Os acessos remotos em computadores-desktop, Servidores Web com armazenamento de Dados, deverão sempre ter o conhecimento e anuência da Contratada, devendo gerar registros de auditoria (*log*).

10.12. A Contratada deverá apresentar a Contratante Plano de Segurança e Gestão de Dados de acordo com a **LGPD**, no que tange seus Sistemas e Aplicativos. Devendo estar em sintonia com as políticas de Segurança de dados da Prefeitura Municipal e/ou Secretarias Municipais envolvidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).



IV. Multa:

1. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
2. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30.% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia. O atraso superior a trinta dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021) .

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. **Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.**

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para o Contratante;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida



Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada como instrumento de direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra

antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a)** ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b)** poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal, deste exercício, na dotação abaixo



discriminada:

| Classificação Orçamentária | | Ficha Orçamentária |
|----------------------------|--------------|--------------------|
| 02.05.01.10.122.1002.2037 | 3.3.90.39.00 | Ficha 273 |
| 02.05.01.10.301.1001.2038 | 3.3.90.39.00 | Ficha 294 |

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE e, regular-se-ão pelos preceitos de Direito Público, aplicando-lhes supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de Direito Privado, na forma Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, assim como, a legislação subsidiariamente aplicada, no que couber, das disposições da Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor (CDC).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Bonfinópolis de Minas-MG, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/21.



CNPJ/MF 18.125.138/0001-82 – www.bonfinopolis.mg.gov.br

Bonfinópolis de Minas, ____ de _____ de 2024.

Pelo CONTRATANTE
Manoel da Costa Lima - Prefeito

Pela CONTRATADA
Nome - Representante Legal

TESTEMUNHAS:

1. _____

Nome:

CPF:

2. _____

Nome:

CPF: